



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 059

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE JUNHO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 059

54ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva
Presenças
Abertura da Sessão
Pequeno Expediente/Grande Expediente:
Homenagem aos 60 anos da Instalação
do Tribunal de Contas
Composição da Mesa
Palavras do Presidente
Proponente:
Dep. Douglas Fabrício
Realização da Homenagem.....
Orador:
Sr. Nestor Baptista - Presidente
do Tribunal de Contas.....
Agradecimentos
Expediente:
Ofícios.....
Indicações
Requerimentos
Projetos de Lei
Horário das Lideranças:
Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto.....
Liderança dos Democratas
Dep. Osmar Bertoldi
Liderança do PT
Dep. Tadeu Veneri.....

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente
Discussão/Votação
2ª Discussão (Votação em).....
Redação Final.....
3ª Discussão.....
2ª Discussão.....
1ª Discussão.....
Requerimentos.....

Encerramento da Sessão

Publicações:

Comissão Executiva
Atos.....
Diretoria Geral
Portarias.....
Atas de Comissão
Ecologia e Meio Ambiente.....
Saúde Pública.....

Publicações Administrativas

Procuradoria Geral
Pregão Eletrônico

DIÁRIO Nº 059

54ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr.

Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mamede, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori e Mauro Moraes (49).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Pequeno Expediente/Grande Expediente

Homenagem aos 60 anos de Instalação do Tribunal de Contas do Estado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por solicitação do Sr. Deputado Douglas Fabrício e aprovado por unanimidade neste Plenário, o Grande e o Pequeno Expedientes desta Sessão Ordinária serão destinados para comemoração dos 60 anos de instalação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Composição da Mesa

Com satisfação que anuncio a composição da Mesa:

Exmo. Sr. Vice-Governador Orlando Pessutti; Exmo. Sr. Desembargador Antonio Lopes Noronha; 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Exmo. Sr. Conselheiro Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Ilmo. Sr. Vereador Jorge Bernardi, representando a UVEPAR - União dos Vereadores do Paraná; Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária e a Deputada Luciana Rafagnin, 2ª Secretária.

Palavras do Presidente

Uma honra também recebermos aqui nesta tarde os Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, Srs. Procuradores nossos amigos da imprensa, Srs. Deputados.

(Lê:)

“O que nos traz aqui hoje - mais do que a liturgia dos ritos formais - é o respeito para com os princípios que devem orientar a nossa ação pública, símbolo de conquistas e lembrança do compromisso que temos para com o nosso estado e a nossa gente.

Na condição de Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, quero dar as boas-vindas a todos que celebram conosco, a partir de uma proposição do Deputado Douglas Fabrício, aprovada em plenário, os 60 anos do Tribunal de Contas do Paraná.

De Raul Vaz a Nestor Baptista, o arco do tempo é a melhor testemunha, grafada nos registros históricos, do relacionamento de parceria entre o Tribunal de Contas e a Assembléia Legislativa do Paraná - sempre pronta a oferecer sua contribuição, com responsabilidade, ao diálogo institucional permanentemente necessário.

Ao agir assim, atendemos ao melhor interesse da sociedade paranaense e dos seus 10 milhões de habitantes, a quem representamos pelo voto direto.

Porque cremos no caráter elucidativo da boa ação pública. Aconselhar e orientar são as únicas medidas que podem garantir, de fato, o zelo para com o patrimônio que é de todos.

Afinal, senhoras e senhores, embora punir seja uma ação imprescindível para evitar que o autor do erro o repita, a punição em si apenas remedia o prejuízo sobre aquilo que é de todos.

É a busca desse equilíbrio, acredito, que deve nos levar da reflexão à ação.

Tão grande é a nossa responsabilidade, Sras. e Srs. Deputados Estaduais, que, sem abrir mão, por um dia sequer, do princípio que nos delega a vigilância da ordem democrática, jamais deixaremos faltar, aos demais Poderes e órgãos estaduais, em seus variados níveis, o apoio necessário à execução das medidas de proteção ao interesse público.”

Muito obrigado!

Proponente

Esta presidência concede a palavra ao Deputado Douglas Fabrício para saudar o Tribunal de Contas, em nome do Poder Legislativo.

Deputado Douglas Fabrício

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Orlando Pessutti, Vice-Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Desembargador Antonio Lopes de Noronha, 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Conselheiro Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do nosso Estado do Paraná; Ilmo. Sr. Vereador Jorge Bernardi, representando neste ato a União dos Vereadores do Estado do Paraná - UVEPAR; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª

Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exma. Sra. Deputada Luciana Rafagnin, 2º Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

É com muita satisfação que hoje, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, eu saúdo a todos nesta Sessão comemorativa do aniversário do Tribunal de Contas do Estado, que no dia 02 de junho passado completou 60 anos de existência.

E é também com muita honra que, hoje, ocupo esta tribuna para fazer aos senhores e senhoras um breve relato da história e dos serviços prestados por essa importante instituição ao nosso estado.

O Tribunal de Contas foi criado em 1947, pelo então Governador Moysés Lupion, numa época que o Paraná contava com apenas 63 municípios e tinha uma economia frágil e basicamente agrária.

O Tribunal de Contas nasceu para substituir o Conselho Administrativo do Estado e, inicialmente, seu corpo deliberativo era formado por 5 juízes.

(Lê:)

“Em 14 de julho de 1947, foram eleitos os primeiros dirigentes do Tribunal. Para presidi-lo, foi escolhido o Sr. Raul Vaz, que viria a ocupar o mesmo cargo por mais 15 vezes. E para a Vice-Presidência o Sr. Daniel Borges dos Reis.

O primeiro Regimento Interno foi criado 3 meses depois, em 12 de agosto de 1947. Em seguida, as atribuições do Tribunal foram regulamentadas e foram criadas as primeiras instruções essenciais para a análise dos processos administrativos.

Entre 1950 e 1960, a organização do Tribunal de Contas sofreu alterações. O número de juízes - que a partir daí passariam a ser chamados de ministros - subiu de 5 para 7. Também foram instituídos o Conselho Superior e, em seguida, a Corregedoria do Tribunal de Contas. Em 1968, foi aprovado o Regimento Interno, que vigorou até 2005.

Mas foi só em 19 de dezembro de 1972, durante a comemoração de 25 anos de sua criação, que o Tribunal de Contas mudou-se para a atual sede, no Centro Cívico, onde permanece até hoje.

Também nesta época foram criadas as Inspetorias de Controle Externo, responsáveis pelas auditorias dos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado e pelas auditorias nas entidades públicas com personalidade jurídica de direito privado que pertencem ao estado e aos municípios.

Outro passo importante ocorreu na década de 80, quando o Tribunal de Contas intensificou o treinamento dos técnicos das prefeituras e das câmaras municipais e em 1988 - após a aprovação da Constituição Federal - quando foi instituído o direito da denúncia, o que incentivou a participação da comunidade no controle das administrações públicas.

O novo milênio chegou trazendo novos desafios ao Tribunal de Contas. O primeiro foi a aprovação, em maio

de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela mudou drasticamente as regras para a gestão pública e para a prestação de contas em todo o país. E instituiu punições fiscais e penais aos gestores que gastam mais do que arrecadam.

Em seguida, foi a necessidade de informatizar os trabalhos do Tribunal para agilizar as prestações de contas e disponibilizar as informações na internet.

E isso foi feito em 2001, quando o Tribunal lançou o Sistema de Informações Municipais e em 2002 quando, numa atitude inédita no país, o Tribunal de Contas do Paraná lançou o Programa de Controle Social. Ele permite que a população possa acompanhar a aplicação do dinheiro público e denunciar eventuais desvios.

Também é preciso destacar a nomeação, em 2002, da primeira Procuradora-Geral do TCE, Kátia Regina Puchaski.

Em 2005, o Tribunal de Contas continuou avançando. Naquele ano, foram aprovadas pela Assembléia Legislativa a nova Lei Orgânica e o novo Regimento Interno do Tribunal.

E no início deste ano, já sobre a presidência de Nestor Baptista, o Tribunal lançou o programa Passo-a-Passo com o município, para orientar de forma individualizada as prefeituras.

Norteados pela minha história pessoal, pois sou nascido em Roncador, onde a honestidade e a primazia das instituições são muito presentes e ainda pela minha formação acadêmica e profissional, onde sempre se valorizou sobremaneira a atividade de contas e auditoria, posso afirmar que os senhores poderão esperar de mim, como Deputado, uma atuação sempre crítica e atuante, visando sempre a valorização do nosso Tribunal. O momento histórico que estamos passando, onde o desvio de verbas e a instalação de grupos organizados de fraudadores e dilapidadores dos bens públicos vêm se avolumando, dando muito mais notoriedade aos serviços da Polícia Federal do que aos dos administradores, penso que a mera atenção e aplicação dos ditames dos Tribunais de Contas seriam suficientes para reprimi-los.

Mas também, senhoras e senhores, é preciso ressaltar a importância do Tribunal de Contas para o povo do Paraná. Atualmente, o volume de recursos fiscalizados é de mais de R\$ 20 bilhões, sendo responsável pela fiscalização da aplicação de recursos públicos nos 3 Poderes do estado.

Finalizo este sucinto relato dos principais fatos históricos do Tribunal de Contas nessas 6 décadas de sua existência, acreditando ter demonstrado aos senhores e senhoras a importância e os avanços que o nosso Tribunal teve desde que foi criado, em 1947.

E tenho a satisfação de ver o nosso Tribunal cumprindo com zelo, eficiência e competência suas responsabilidades.

Ao encerrar minha participação, gostaria mais uma vez de enaltecer o trabalho dos Conselheiros e de todo o corpo técnico e funcional do Tribunal de Contas, e para-

benizar a todos pelo excelente trabalho que sempre realizaram. Em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e de todos os Deputados, quero deixar registrada esta data memorável. E para isso, passaremos às mãos do Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, uma placa comemorativa.”

Muito obrigado e parabéns.

Enalteço muito o trabalho de vocês. Sei da importância que é o trabalho técnico. Quero também parabenizar os funcionários, desde a zeladora até o Presidente, Nestor Baptista.

Esta iniciativa é para reconhecer o trabalho que é feito. É meu 1º mandato. Estou aqui há apenas 3 meses. Estou aprendendo aqui na Assembléia Legislativa, mas, nosso papel aqui é de fiscalizar o dinheiro que o Governo arrecada, através dos impostos. Fiscalizar a aplicação dele. E vou primar para fazer este trabalho, junto com todos os outros Deputados.

Agradeço muito a presença de vocês. Parabéns pelo trabalho de todos os Presidentes, todas as pessoas que já passaram, dirigindo e trabalhando no Tribunal de Contas. E agradeço ao Presidente da Assembléia, também, pela oportunidade de poder fazer esta justa homenagem a esta tão importante instituição, para o Paraná e para o Brasil e reconhecida a nível internacional.

Muito obrigado!

Realização da Homenagem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Cida Borghetti, que proceda a leitura dos termos da placa comemorativa em homenagem aos 60 anos de instalação do Tribunal de Contas.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)

(Procede à leitura dos termos da placa comemorativa).

Orador:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É com satisfação que concedo a palavra ao conselheiro Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas

O SR. NESTOR BAPTISTA

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Sr. Orlando Pesutti, Vice-Governador do Estado do Paraná e aqui neste momento Governador; Exmo. Sr. Desembargador Antonio Lopes de Noronha, 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Ilmo. Sr. Vereador Jorge Bernardi, representando a UVEPAR - União dos Vereadores do Paraná; Exma.

Sra. Cida Borghetti, 1ª Secretária da Assembléia Legislativa e a Exma. Sra. Deputada Luciana Rafagnin, 2ª Secretária desta Assembléia.

Ganhei, sofrendo a certeza de que o mundo não é só meu. Mais que mudar, o que importa é trabalhar na mudança do que é preciso mudar. Cada um na sua vez e cada qual no seu lugar.

O meu agradecimento ao poeta Tiago de Mello.

Vou pedir licença ao Conselheiro Artagão de Mattos Leão, ao Conselheiro Henrique Naigeboren, Heinz Herwig, ao Conselheiro-Corregedor Fernando Guimarães, ao Conselheiro Caio Márcio Nogueira Soares, ao companheiro e Conselheiro Hermas Brandão, para me permitir uma pequena viagem no início dessas palavras.

Primeiro agradecer aos Srs. Líderes aqui presentes, Deputado Romanelli, Deputado Rossoni, Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Plauto Miró, Deputado Waldyr Pugliesi, Deputado Duílio Genari, Deputado Luiz Nishimori, Deputado Elton Welter, Deputado Carlos Simões, Deputado Reni Pereira, Deputado Marcelo Rangel e a todos os demais Deputados.

Agradecimento em nome dos Conselheiros, Procuradores, Auditores e do extraordinário corpo técnico que tem o Tribunal de Contas do Paraná.

A licença que peço é para lembrar apenas, já que saí desta Assembléia Legislativa para o Tribunal de Contas do Estado, mas, quero me recordar um pouco, Deputado Nelson Justus e Srs. Deputados, dos quase 12 anos que aqui passei. Aqui vi grandes discussões, grandes embates e não só embates de palavras, mas muitas vezes, em um passado não muito distante de MDB e ARENA, embates com esforço físico.

Mas, quero me lembrar do Deputado Anibal Khury. Ainda que o tempo tenha passado - não faz tanto tempo - sempre que venho a esta Assembléia Legislativa me recordo do Anibal como Presidente ou 1º Secretário. Uma marca indiscutível da política do Paraná com erros, com acertos, com defeitos, mas acima de tudo com um companherismo quase que inigualável na política da atualidade.

Do maior Líder, permitam-me os Srs. Líderes, que nomeiei aqui, mas no meu tempo de Deputado aprendi muito e por isso fiquei quase 3 anos e meio como Líder, muito mais pela bondade dos meus companheiros do MDB e depois do PMDB do que por capacidade intelectual ou técnica. Mas, aprendi muito com o Erondi Silvério, um líder extraordinário. Homem que sabia o momento de discutir, de convocar e o curioso é que sempre fomos adversários - ele foi sempre Líder da ARENA e depois do PDS e eu estive sempre no MDB ou PMDB.

Não poderia deixar de lembrar do Domicio Scramela, da terra do meu amigo Antonio Anibelli. Quando cheguei aqui era o nosso Secretário, homem ponderado e sempre muito bem colocado. Do Fuad, do Gabriel Sampaio e o Gabriel Manoel, que quando não tinha argumento para discutir, batia o cinzeiro, arrancava o

microfone, a Sessão era suspensa e a discussão acabava ali.

Daquele que mais discuti e mais briguei e no final da sua vida nos encontramos e, cada um à sua maneira, matou a saudade, o Deputado Nelson Buffara. Quantas vezes eu, desta Tribuna, tinha que ser protegido pelos seguranças, porque o Buffara estava bravo, colérico muitas vezes, mas no fim as nossas discussões acabavam e terminamos tendo uma boa amizade até nos seus últimos dias de vida. E quando a situação era muito difícil o Edmar Luiz Costa, um companheiro de Ponta Grossa, terra do Jocelito, do Plauto, o Edmar era um apaziguador também e aparecia o Kielse, que não apaziguava nada, mas ao contrário, vinha para que o tumulto fosse restabelecido e acabou sendo nosso companheiro no Tribunal de Contas também.

Demais Deputados que aqui estão, o primeiro que tive contato nos anos de 1970 e 1974 - e até por muitas vezes o Pessutti e eu já recordamos isso, já falamos em caixões improvisados de palanques na Praça Generoso Marques ou na Praça Tiradentes, fazíamos sessões corridas de comício - que é o Deputado Belinati. Aprendi muito com o Belinati, como se comunicar, como chamar a atenção da população e inventou o Belinati - porque não conhecia isso ainda - a sessão corrida de comício. Ele falava 10 vezes por dia, eu falava 10 ou 12 e assim íamos falando e o terminal de ônibus era na Praça Tiradentes, Belinati, e o pessoal chegava, parava e você dizia: "Olha, comece de novo, porque já tem uma turma nova e é a outra sessão". Era a tarde inteira e entrávamos até a noite e foi dessa maneira.

Convivemos depois aqui como adversários, como companheiros e nunca como inimigos, o que é muito importante, até porque tenho o hábito de ser grato, Belinati, às pessoas que um dia me ajudaram ou me serviram ou até fizeram com que eu pudesse moldar o meu caráter e a minha atividade profissional, o Vermelhinho Waldyr Pugliesi, que fez grandes alterações desta tribuna; o Antonio Anibelli; o Caíto Quintana, meu grande companheiro; o Genari, nunca estivemos na mesma bancada, mas sempre estivemos aqui muitas vezes em grandes debates, como hoje voltam a ocorrer nesta Assembléia.

Então, sou muito grato, Srs. Deputados, pelo tempo que tive a honra de passar aqui nesta Assembléia, foram quase 12 anos. E, finalmente, 48 Deputados não me queriam mais aqui e me mandaram para o Tribunal de Contas. Eu os agradeço todas as manhãs e todos os dias, não que não gostasse da Assembléia, não que não adore a vida pública, ou a vida política, eu gosto muito de política, discuto, ainda brigo, apesar da estatura, mas ainda brigo, e faço, volta e meia, alguma confusão.

Mas, ao agradecer esta honraria, em nome dos meus companheiros Conselheiros, que a Assembléia Legislativa está concedendo ao Tribunal de Contas, devo dizer que o destino também me ofereceu, graças aos

meus companheiros, uma oportunidade rara de estar presidindo esse Tribunal de Contas quando chega aos 60 anos com muita juventude, com muito serviço prestado, com muito serviço ainda a prestar.

Foram 26, até hoje, que presidiram o Tribunal de Contas. O Presidente, no seu discurso, lembrou do primeiro Presidente Raul Vaz. O Douglas Fabrício lembrou que esse Raul Vaz ficou 15 vezes como presidente do Tribunal. E contam os mais antigos - eu não estava lá na época, mas a história nos conta, não é Roberto Guimarães, nosso auditor - que ele viajava um dia antes da eleição e voltava só após a eleição realizada, sem votar nele mesmo e ele já estava eleito. E assim foram as 15 vezes que ele conseguiu ser o Presidente do Tribunal de Contas.

Esta honraria que nos é concedida, eu devo dizer que é fruto de um aprimoramento técnico constante dos servidores do Tribunal de Contas. Todos aqueles que já foram Presidente ou que estão hoje no Tribunal de Contas como Conselheiros, e aqueles que também já deixaram o Tribunal, sempre tiveram na sua programação a vontade de habilitar cada vez mais a condição técnica de cada profissional, de cada servidor do Tribunal de Contas do Paraná, não só com treinamento aqui, mas com treinamento internacional, com convênios com Tribunais de Contas como da Itália, da Espanha, de Portugal, com o aprimoramento das auditorias, principalmente com o conhecimento da auditoria do Canadá, da própria economia americana, ou da auditoria inglesa, ou da Grã-Bretanha, se preferem, com treinamentos permanentes em nosso país, de todos os técnicos e de nós, os Conselheiros, porque não, de Procuradores, de Auditores, dada a velocidade das leis que este país tem. Aliás, é o país que tem mais leis no mundo.

Dias atrás, tive a oportunidade, Deputada Beti, de ver que o Brasil tem aproximadamente 188 mil leis em vigor. Leis que disciplinam carroças circulando em Copacabana, no Rio de Janeiro. Exige, sem dúvida alguma, de todos os técnicos um estudo permanente, os Auditores, os Procuradores, e por que não dizer de nós, os Conselheiros, também para que possamos acompanhar o que está acontecendo.

Hoje, por exemplo, Srs. Deputados, ouvimos falar da tentativa de alterações na Lei de Licitações, que é uma lei de 1993, ligeiramente alterada, eu diria, para melhor, em 1994, mas há uma tentativa de mudá-la integralmente, novamente, nos dias de hoje. Só falta tentarem mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das melhores leis da história deste país, lei moralizadora, lei que tenta colocar o dinheiro público onde ele dever ser aplicado e eu não tenho dúvida, Srs. Deputados, que aqueles que estão tentando mudar esta lei não estão pensando na sociedade, não estão pensando na correta administração pública. Estão, sim, preocupados em mais uma vez se servirem da administração pública, se servirem do dinheiro público, jogar o dinheiro fora que esta lei está impedindo, apesar

de que ainda temos sucessivos escândalos em todo o país. Uma hora eles vão ter que acabar. Se não acabar, esses escândalos terão que diminuir.

Mas eu quero fazer um registro também de agradecimento aos Conselheiros que passaram pelo Tribunal de Contas do Paraná, na sua história: Raul Vaz, Raul Viana, Caio Graco Machado Lima, Brasil Pinheiro Machado, Daniel Borges dos Reis, Eugênio José de Souza, o atleticano Lauro Rego Barros, Algacir Guimarães, Nassim Bacila Neto, Leônidas Hey de Oliveira, José Isfer, Antonio Ferreira Ruppel, Rafael Iatauro, João Feder, Armando Queiroz de Moraes, Cândido Manoel Martins de Oliveira, João Olivir Gabardo, João Candido Ferreira da Cunha Pereira e Quiélse Crisóstomo da Silva.

Todos estes fizeram a história dos 60 anos do Tribunal de Contas, somando-se aos Conselheiros que aqui estão, que já foram nominados, mas que faço questão permanente de agradecer pelo apoio que têm dado para todas as atividades deste Tribunal de Contas.

Devo dizer aos Srs. Deputados que só neste ano o Tribunal de Contas do Paraná se reuniu com os 399 municípios paranaenses, seguindo uma orientação que não é de hoje, que já veio do Conselheiro Mattos Leão, do Conselheiro Henrique Naïgeboren, do Conselheiro Heinz Herwig, que é de permanente treinamento, meu caro Vereador Bernardi, às Câmaras Municipais, aos Srs. Vereadores, aos Srs. Prefeitos, aos Srs. Secretários, aos técnicos dos municípios, porque com bastante orgulho, em nome destes Conselheiros, devo dizer, meu caro Fernando Guimarães, Caio Márcio e Hermas Brandão, que o número de desonestidade praticada nas Câmaras e nas Prefeituras do Paraná é o menor índice nacional. Temos levantamento permanente. Problemas existem aos montões até, mas não por desonestidade.

Ainda, Sr. Presidente, na era do computador, num país que divide de um lado uma charrete, de outro lado o computador, temos os pecados da administração pública muito mais por desinformação, por desconhecimento, por falta de capacitação profissional, do que propriamente por desonestidade daqueles que dirigem a administração pública ou do gestor público, aquele que tem a responsabilidade de cuidar da sua cidade, de cuidar do seu estado ou do Vereador, muitas vezes, de cuidar do seu bairro.

Estes treinamento que o Tribunal tem realizado. São feitos, graças, repito, a um corpo de servidores altamente qualificados. Por isso mesmo que no início dos anos 90, o Tribunal de Contas do Paraná foi o primeiro credenciado para fiscalizar obras do Banco Mundial e do Banco Interamericano, depois vieram outros Tribunais, mas o Paraná foi o primeiro escolhido, não porque lá estavam os melhores Conselheiros, mas porque lá no Tribunal estão, indiscutivelmente, os melhores servidores da administração pública do Paraná. E são estes servidores que lotam estas galerias na tarde de hoje, que fazem realmente a festa de 60 anos do Tribunal de Contas. Temos

falhas? Temos e as cometemos, mas estamos aprendendo também permanentemente, cada treinamento que realizamos na sua Guarapuava, Artagão Leão, na Cascavel do Edgar, na Londrina do Belinati, na Ponta Grossa do Jocelito, estamos aprendendo também porque a dúvida do menor município do Paraná pode ser a solução para a dúvida do maior que é o município de Curitiba ou dos maiores municípios do nosso estado e nós também estamos permanentemente aprendendo.

Mais uma vez quero destacar a honra elevadíssima, Sr. Presidente Nelson Justus, que tem o Tribunal de Contas do Paraná e quis Deus que tivesse eu esta oportunidade nos 60 anos de receber esta honraria da Assembléia Legislativa do Paraná. Aliás, a Assembléia precisa usar muito mais o Tribunal de Contas porque estamos umbilicalmente ligados, não só pelo orçamento, Sr. Presidente, mas porque temos vários que saíram daqui da Assembléia Legislativa, o Artagão, o Heinz, o Hermas Brandão, eu mesmo que tive a alegria de ficar aqui por 12 anos, não só por isso, mas porque a Assembléia precisa usar a capacitação técnica que o Tribunal de Contas oferece, permanentemente.

Srs. Deputados, Presidentes de Comissões, meu caro Líder Romanelli, demais Líderes aqui presentes, usem o Tribunal de Contas, usem a capacidade que os técnicos do Tribunal de Contas podem emprestar para uma correta administração do estado do Paraná.

Divergências à parte e elas devem existir aqui, devem existir porque esta é uma Casa de discussão, é a Casa mais franqueada, mais aberta, mais escancarada e por isso a mais criticada, porque ela está permanentemente aberta para a própria imprensa, para a boa e má imprensa, para quem quer freqüentar para assistir uma Sessão, para os segmentos organizados ou não da sociedade. Justamente, por estar permanentemente, repito, aberta para discutir os anseios da sociedade, acaba sendo a mais vulnerável, a mais criticada! Mas tecnicamente os Srs. Deputados contam sempre com o apoio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

São 60 anos, este jovem tem muito ainda a oferecer à administração pública paranaense, em todos os segmentos, orientando, fiscalizando, volta e meia penalizando, encaminhando - porque não, quando há necessidade - para o Ministério Público e para o Poder Judiciário, mas sempre se reservando ao direito de orientar, de discutir, de informar e de não se achar também super poderoso, porque não é!

O nosso Tribunal de Contas, mais uma vez agradece a todos os senhores, aos componentes da Mesa, ao Presidente Nelson Justus, companheiros Pessutti, que é lá de trás mesmo, não é companheiro, lá de 1974, 1978, bem no início daquilo que comecei falando. Aos Srs. Deputados que aqui estão é uma honraria que, volto a dizer, divido com todos os meus companheiros Conselheiros, Procuradores, Auditores e servidores do Tribunal, do mais simples, ao mais imponente, porque não dizer, do mais simples ao mais virtuoso.

O Tribunal de Contas do Paraná, insisto, está aqui para servir. E nesses 60 anos ele se sente mais jovem do que nunca e pronto para atender aos interesses da administração pública do estado do Paraná, mas acima de tudo da sociedade paranaense, que precisa deste companheiro. Um companheiro que sozinho não vai fazer nada, mas junto com o Ministério Público, com o Poder Judiciário, com esta Assembléia e com a comunidade paranaense pode fazer muito.

Agradeço mais uma vez a todos os senhores e posso dizer, lembrando o poeta Milton Nascimento: “Já estou com o pé nesta estrada qualquer dia a gente se vê, sei que nada será como antes.”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Convido neste instante o Deputado Douglas Fabrício para que juntamente com a nossa 1ª Secretária Cida Borghetti, faça a entrega ao Presidente Conselheiro Nestor Baptista, da placa comemorativa aos 60 anos do Tribunal de Contas.

(Entrega da placa comemorativa)

Agradecimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência agradece a todas as senhoras e aos senhores aqui presentes.

Justifico inicialmente a não locução do nosso Governador Pessutti, por estar completamente afônico na tarde de hoje. Mas não poderia deixar de cumprimentar a todos os funcionários do Tribunal de Contas, aqui presentes, cumprimentar a todos os Auditores, aos Procuradores, aos Conselheiros Artagão, Heinz, Henrique, Caio, Fernando e ao nosso Presidente Hermas Brandão. É sempre um privilégio recebê-los aqui. Ao tempo que cumprimento o Conselheiro Nestor Baptista pela sua brilhante locução e agradeço a todos os presentes, cumprimentando o Deputado Douglas Fabrício que em boa hora presta uma justa homenagem aos nossos parceiros, proposição essa referendada por unanimidade pelos Deputados desta Casa.

Muito obrigado Pessutti, muito obrigado nosso Desembargador Noronha, nosso Vereador Jorge Bernardi e a todos aqui presentes.

Suspendo a Sessão por alguns minutos para que possamos cumprimentar a todos

(Suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Reaberta a Sessão.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

(Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88, do Regimento Interno)

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 859/07/GAB do Sr. Milton Riquelme de Macedo - Procurador-Geral de Justiça do Estado, encaminhando para ciência desta Casa de Leis o Plano de Trabalho Regionalizado do Ministério Público do Paraná.

Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 31 de maio de 2007.

Senhor Presidente:

Pelo presente, comunico a V. Exa. que iria compor como titular a Comissão Especial de Investigação dos Gastos com a Publicidade. Informo ainda que o Deputado Pastor Edson Praczyk irá compor como suplente.

Sem mais para o momento, agradeço atenciosamente.

(a) RENI PEREIRA

Indicações

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 146/07

SÚMULA:

Sugere transformar em Companhia o Pelotão da PM de Capanema.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Exmo. Sr. Comandante Geral da Polícia Militar.

O Deputado Caíto Quintana dirige-se a V. Exas. para sugerir o seguinte:

- Sejam tomadas providências no sentido de transformar em Companhia o Pelotão da Polícia Militar de Capanema, objetivando aumentar o contingente e melhorar os serviços de segurança na região.

Esta proposta visa atender reivindicação do Prefeito Municipal e demais autoridades constituídas do município de Capanema, tendo em vista que, conforme portaria publicada em Diário Oficial da União, no mês de abril próximo-passado foi habilitado o tráfego internacional na ponte que liga Capanema a Andresito, na Argentina.

Outrossim, também fomos informados de que se encontram em estágio avançado estudos para implantação da Usina Baixo Iguaçu, naquele município, cuja ponte internacional representa uma ligação maior com Foz do Iguaçu sendo considerado corredor do MERCOSUL, o que significa um aumento significativo de pessoas em trânsito.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

INDICAÇÃO Nº 147/07

SÚMULA:

Propõe a ampliação do Termo Aditivo de Cooperação Técnico e Financeira para as Escolas de Educação Especial.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Governador, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a ampliação do termo aditivo de cooperação técnica e financeira para as Escolas de Educação Especial.

2 - Justificativa:

Tal solicitação justifica-se na realidade das Escolas de Educação Especial, que não estão conseguindo cumprir com sua digna tarefa em atender aos portadores de necessidades especiais com mais qualidade e eficiência. Na conjuntura atual as escolas não estão conseguindo cumprir a legislação que limita no máximo 5 alunos por professor, o número é bem maior do que o indicado. Isto ocorre pelo motivo de não deixarem alunos sem atendimento. As Escolas de Educação Especial Municipais, APAEs e APMIs contam com termo aditivo, já solicitado por elas, para ampliarem a demanda no atendimento, melhora na qualidade e eficiência na dedicação aos portadores de necessidades especiais que merecem toda nossa atenção e dedicação para melhor qualidade de vida e assim assegurar a todos o acesso a educação.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) EDSON STRAPASSON

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1529

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 397/07, que dispõe sobre alteração no artigo 1º da Lei nº 14895, de 09 de novembro de 2005. O projeto de lei em questão contempla o município de Pato Branco na lei que concede incentivos fiscais aos estabelecimentos que industrializarem produtos eletroeletrônicos, de telecomunicações e de informática.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1549

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar nº 318/07, item 07, por 3 sessões.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1548

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, conforme prevê o artigo 62, parágrafo 3º da Constituição Estadual e artigo 34, do Regimento Interno desta Casa, REQUER a constituição

de uma Comissão Especial de Investigação - CEI, composta por 11 (onze) membros e com prazo de duração regimental de 120 (cento e vinte) dias, apurar e apresentar relatório ao Plenário, referente ao preço abusivo das tarifas cobradas nas rodovias pedagiadas no Paraná.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 1527

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja autorizada a realização de Audiência Pública referente a questão dos faxinalenses, no dia 03 de julho de 2007, às 9h00, no plenarinho desta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) PEDRO IVO

Apoioamento:

Professor Luizão, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello e Tadeu Veneri.

REQUERIMENTO Nº 1528

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja autorizada a realização de referente o Projeto Federal nº 3854/97, que dispõe sobre a participação dos agricultores no processo de classificação e recebimento do fumo e dá outras providências, no dia 15 de junho de 2007.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) PEDRO IVO

Apoioamento:

Professor Luizão, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello e Tadeu Veneri.

REQUERIMENTO Nº 1525

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 11 de junho, para o pronunciamento do Prefeito Municipal de Campo Mourão, Nelson José Tureck.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a ampliação para os anos de 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002 as investigações dos gastos com publicidade e propaganda pelo Governo

do Estado pela CEI, aprovada em 29 de maio de 2007, pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1534

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja endereçado expediente ao professor Wilmar Marçal, Reitor da Universidade Estadual de Londrina, solicitando a volta do vale-transporte para os servidores e da UEL, inclusive do HU - Hospital Universitário, que tiveram o benefício cancelado, por excederem o limite de 3 salários-mínimos em seus vencimentos.

Houve uma deliberação interna na UEL, que passou a contar, também, horas-extras e outras vantagens do servidor, para efeito de cálculo do limite de 3 salários-mínimos para o fornecimento do vale-transporte.

A medida prejudicou muito quem trabalha na UEL. Os salários já não sofrem os reajustes necessários, havendo perda de poder aquisitivo que já dura vários anos. A retirada do vale-transporte vem provocando redução na qualidade de vida de todos os atingidos pela medida, pois, com o dinheiro que pagam o transporte, poderiam levar mais leite e pão para casa. Com este requerimento estamos apelando ao alto espírito humanitário do Reitor da UEL e a todos os membros do Conselho, para que seja restabelecido o vale-transporte a quem perdeu tão importante benefício.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1507

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Governador do Estado, por meio de suas Secretarias de Estado responsáveis, proceda, em caráter de urgência, a manutenção e recapeamento da estrada PR-471, que liga os municípios de Três Barras do Paraná e Catanduvas à rodovia BR-277, visto que o trecho entre tais municípios está praticamente intransitável, bem como proceda a construção de um trevo de acesso da BR-277 com a estrada PR-471.

A construção do referido trevo se faz necessária tendo em vista os inúmeros acidentes ocasionados no perigoso entroncamento entre a estrada PR-471 e a BR-277. A estrada PR-471, com mais de 20 anos de intenso tráfego, necessita com urgência de recapeamento de seu asfalto, pois as operações tapa-buraco resultaram irrisórias para os inúmeros defeitos ali existentes. Ressalta-se que toda a estrada está em situação calamitosa, mas principalmente o trecho entre os municípios de Três Barras

do Paraná e Catanduvas, que encontra-se praticamente intransitável.

Assim sendo, resta claro a pertinência do contido neste requerimento, visto que apenas uma solução rápida e eficaz por parte do Governo do Estado pode resultar em diminuição dos acidentes que ocorrem naquele entroncamento, além de facilitar o acesso às referidas localidades.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1550

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da R. Luiz França - Vila Oficinas - Bairro Cajuru, que pedem policiamento nessa rua, tendo em vista que nos finais de semana, principalmente de madrugada, no Morena's Bar o som é muito alto, atrapalhando o descanso das pessoas residentes nas proximidades. Os moradores afirmam que menores também frequentam o local. Esse bar localiza-se ao lado da Oficina Mecânica Trovão, perto da Companhia telefônica.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1535

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alcebíades A. Tristani Júnior.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1536

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos de Freitas, ocorrido no dia 03 passado.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1537

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja consignado na ata desta Sessão moção de congratulação à Associação dos Portadores de Doença Especial - APDE, entidade com sede em Paranavaí, que no dia 22 de maio de 2007 comemorou 10 anos de fundação.

A APDE foi constituída com a finalidade de dar atendimento à pessoas carentes portadoras de câncer e é composta por mantenedores voluntários que gratuita-

mente agendam consultas médicas, realizam transporte de doentes, fornecem medicamentos, pagam exames laboratoriais complementares e específicos, doam alimentos, roupas, etc. Pelo trabalho exemplar e indispensável que presta às pessoas carentes portadoras de câncer, a APDE angariou o respeito e a admiração de toda a comunidade de Paranavaí e região, sobretudo quando se sabe que em Paranavaí não há centro de tratamento oncológico. É pois, com imensa satisfação que esta Casa registra em seus Anais a celebração dessa data tão especial.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento à diretoria da Associação dos Portadores de Doença Especial - APDE, na Av. Lázaro Figueiredo Vieira, nº 220, Jardim São Vicente, CEP 87709-330, em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1541

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações pelo 18º aniversário da coluna Nostalgia, do jornal Gazeta do Povo, assinada pelo colunista Cid Destefani.

Requer, ainda, que deste requerimento seja dada ciência ao colunista homenageado, Sr. Cid Destefani, a/c do jornal Gazeta do Povo, à Pça. Carlos Gomes, 4 - Centro - 80010-140, N/Capital.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) CAITO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Em 04 de julho de 1989, criada pelo jornalista Francisco Cunha Pereira e sob a assinatura do colunista Cid Destefani, surgiu no jornal Gazeta do Povo a coluna Nostalgia, publicada aos domingos, para deleite de seus leitores.

Jornalista fotográfico, Cid Destefani publica, em sua coluna semanal, fotos antigas e maravilhosas, de um acervo próprio, de uma Curitiba que não existe mais, além de relembrar momentos históricos nas mais diversas áreas: social, esportiva, educacional... trazendo saudades a muitos e conhecimento a quem não viveu essa época.

Nossas congratulações ao jornalista Destefani a ao jornal Gazeta do Povo, com os votos de continuidade para essa coluna que encanta e comove todos que a lêem.

REQUERIMENTO Nº 1545

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, ao Restaurante Raquelle.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Raquelle, localizado no município de Guaratuba, pela qualidade gastronômica e o atendimento de excelência que presta aos seus clientes.

REQUERIMENTO Nº 1547

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique registrado para a posterioridade, votos de congratulações e aplausos ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TC, pela passagem de seus 60 anos de existência, ocorrido no último dia 02 do corrente.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Nestor Baptista, DD. Presidente, para que receba e transmita à todos os Srs. Conselheiros, bem como à todos os membros do Tribunal de Contas, votos de respeito e admiração.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo. Eis porque nosso coração se enche de júbilo, para redigir este requerimento ao ensejo das comemorações pela passagem de 60 anos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Bem haja à todos aqueles que não pouparam esforços para proporcionarem à todos os membros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, durante todos esses 60 anos de existência.

O homem moderno não dispensa os conhecimentos que somente o Tribunal de Contas - TC, ministra. E não é os prazeres do trabalho eficiente que eles proporcionam à sociedade paranaense.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constituído em modelo para outras unidades da federação, o que é órgão de orgulho para nós paranaenses.

Criado pelo Decreto nº 627 de 02 de junho de 1947, pelo desempenho que vem apresentando, o Tribunal de Contas do Paraná, não só contribuiu para a aplicação de justiça de contas, mas principalmente fazendo-o com a agilidade que a sociedade espera.

Além do trabalho inerente às suas atribuições, o Tribunal de Contas vem prestando, ao longo dos 60 anos, um exemplar serviço à sociedade, mercê a grande capacidade de seus integrantes e a visão da colenda direção.

A classe política não pode perder a perspectiva de que a administração pública deve ser voltada para a causa da população, sem fugir da rigorosa aplicação da lei.

Aceitai senhores membros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, os nossos aplausos pela obra meritória de que vos fizestes criadores.

O estado do Paraná e a sociedade vos serão reconhecidos eternamente por essa benevolência.

REQUERIMENTO Nº 1539

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de louvor e congratulações ao Desembargador José Carlos Dalácqua, empossado no último dia 24 de maio como o mais novo integrante do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo Sr. David Antonio Pancotti, Mui Digno Diretor-Geral do DETRAN, solicitando a permanência em funcionamento do posto de trânsito no município do Braganey, tendo em vista o possível cancelamento do convênio firmado com aquela prefeitura, conforme manifestação do órgão encaminhado ao município.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura de Braganey recebeu ofício da Diretoria-Geral do DETRAN, subscrito pelo Ilmo. Sr. David Antonio Pancotti, informando da intenção do órgão em cancelar o Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o órgão e a administração municipal.

Em face do expediente recebido, e considerando:

- que a população do município, segundo o último levantamento oficial do IBGE, é de 6 mil 191 habitantes e não de 3 mil 992, como afirma o órgão no seu ofício;

- que mesmo constando 1.630 veículos registrados no DETRAN, um número considerável de moradores possuem veículos com placas de outros municípios e necessitam também de serviços do posto;

- que a média de serviços via posto é de cerca de 50 ao mês;

- que o servidor disponibilizado pela prefeitura para atender os serviços do posto, também é responsável pelo encaminhamento de carteiras de trabalho e de identidade, portanto, o funcionário não se dirige à Cascavel exclusivamente para levar processos do DETRAN, mas também a outros órgãos, não havendo quaisquer dificuldades ou despesas excedentes;

- que o posto funciona no prédio da prefeitura, não havendo custo extra de luz, água, telefonia, internet ou outros;

- que embora tenha um despachante no município, a maioria da população, formada por pessoas de baixa renda, não tem condições de pagar os honorários para o despachante, cerca de R\$ 90,00 por procedimento;

- que os proprietários de veículos devem ter alternativas, ou sejam, os que tiverem condições financeiras e se preferirem podem encaminhar via despachante, e os

que não têm, que lhes seja facultada a possibilidade de utilizar os serviços gratuitos que o posto oferece;

- que a população consultada sobre a possibilidade da extinção do posto de atendimento do DETRAN no município se mostrou veementemente contrária;

- que o funcionamento do posto não gera nenhum custo financeiro para o estado e para o DETRAN;

- que o funcionamento do posto tem uma relação custo/benefício com resultados positivos para a população, e por todos os argumentos acima apresentados o seu fechamento não se justificaria, faz-se necessário que o DETRAN reavalie a sua intenção, não cancelando o referido convênio, beneficiando assim a população de Braganey.

REQUERIMENTO Nº 1546

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, e ao Dr. Hélio Galileu Bonetto, MD Diretor-Geral do Instituto Médico Legal, solicitando que sejam designados 02 médicos legistas para o IML de Foz do Iguaçu, nomeados em face da aprovação no concurso público e a se realizar no próximo mês de julho do corrente.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Há muito tempo este Parlamentar, tendo conhecimento das dificuldades enfrentadas pela falta de médicos legistas no IML de Foz do Iguaçu, vêm efetuando pedidos junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Instituto Médico Legal, objetivando a que para aquela unidade sejam designados mais peritos médicos, porém, em face da falta de profissionais, até o momento não foi possível atender a reivindicação.

Agora, através do Edital nº 001/07, a Secretaria da Segurança Pública realizará, no próximo mês de julho, concurso público para o preenchimento de vários cargos, entre eles o de médico legista.

Ocorre que pelo edital, apenas 01 médico legista será designado para o município de Foz do Iguaçu, número insuficiente para aquele instituto.

Atualmente a unidade de Foz do Iguaçu dispõe de apenas um médico pertencente ao quadro de funcionários do instituto e um cedido pela prefeitura, que trabalham 8 horas por dia.

No mês de maio do corrente foram realizados 171 procedimentos, entre necropsia, exames cadavéricos, lesões corporais, sanidade física e outros.

Cabe salientar que Foz do Iguaçu, por localizar-se em região de fronteira, onde existe uma grande circulação de pessoas, realiza um maior número de exames, necropsias e outros procedimentos, comparado aos demais municípios do estado, atendendo também as cida-

des de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Missal, Itaipulândia, Medianeira e Serranópolis do Iguaçu.

Diante do exposto, faz-se imprescindível o empenho da Secretaria da Segurança Pública e Instituto Médico Legal, no sentido de ampliar o número de médicos no quadro de funcionários que atendem Foz do Iguaçu, se for o caso, alterando inclusive o edital para 02 médicos legistas, proporcionando assim condições de um melhor atendimento às pessoas que necessitam dos seus serviços.

REQUERIMENTO Nº 1512

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Diretor-Geral do DETRAN/PR, para que sejam informados dados referentes à arrecadação deste órgão, tais como o montante do valor arrecadado e espécie de arrecadação (taxa, por exemplo) dos 2 últimos anos, bem como do corrente.

Esta providência faz-se necessária devido ao Projeto de Lei nº 371/07, oriundo de mensagem enviada pelo Poder Executivo à esta Casa de Leis, que visa a transferência de crédito no valor de R\$ 3 milhões 935 mil do DETRAN para o DER/PR. Frente a esta situação, denota-se que o detalhamento da arrecadação é condição básica para que se possa esclarecer a quantia de fato arrecadada, no montante total, principalmente advindas das taxas.

Neste sentido, é importante esclarecer que a taxa, relevante meio de arrecadação do DETRAN/PR, é espécie de tributo, constante do artigo 77 do Código Tributário Nacional, do seguinte modo:

Art. 77. As taxas cobradas pela união, pelos estados, pelo distrito federal ou pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo Único. A taxa não pode ser base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.

Vale esclarecer que enquanto o imposto é uma espécie de tributo, cujo fato gerador não está vinculado a nenhuma atividade estatal específica relativa ao contribuinte, a taxa, pelo contrário, tem seu fato gerador vinculado a uma atividade estatal específica relativa ao contribuinte. Partindo desta permissão, vê-se a importância do envio destes esclarecimentos por parte do DETRAN/PR, vez que o contribuinte só poderá pagar taxa em sendo relacionado diretamente com atuação estatal. Ainda, apenas será cobrado o valor relacionado com o custo da atividade estatal que lhe constitui fato gerador, nada mais, nada menos. Não se pode esquecer ainda o princípio da capacidade contributiva, que se é cogente para os impostos é recomendável ou instrutivo para as

taxas. Ora, em sendo possível, deverá aquele que detém a competência tributária atender a tal princípio, situação esta que será aclarada no Paraná através do envio das informações requisitadas.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1504

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier, relativo à falta de aterro sanitário (lixão) no município de Carambeí, tendo em vista que até então estava sendo utilizado o aterro sanitário do município de Castro. Por se tratar de emergência sanitária, questionamos se tais informações são do conhecimento desta SESA e se e quando serão tomadas providências, visto que o lixo coletado em Carambeí está sendo armazenado nos caminhões coletores, causando sérios riscos à saúde da população.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1505

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, relativo à falta de aterro sanitário (lixão) no município de Carambeí, tendo em vista que até então estava sendo utilizado o aterro sanitário do município de Castro. Por se tratar de emergência sanitária, questionamos se tais informações são do conhecimento desta SEMA e se e quando serão tomadas providências, visto que o lixo coletado em Carambeí está sendo armazenado nos caminhões coletores, causando sérios riscos à saúde da população.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1520

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier, solicitando documentos e informações relativos a falta de UTI pediátrica para atendimento do menor Kayke Luan Ferreira, que na data de 11 de maio de 2007, no município de Ponta Grossa, ficou durante quase 24 horas sob risco de morte aguardando um leito de UTI e somente após intervenção deste Parlamentar foi encaminhado, para o Hospital Vita em Curitiba, que não atende a rede pública de saúde. Assim questionamos:

- Em que data e hora a 3ª Regional de Saúde, através da Central de Leitos, iniciou a busca por vaga de UTI? Anexar documentação.

- Em que hospitais foi buscada vaga pela Central de Leitos? Foi localizada alguma vaga? Onde e em que horário?

- Em que data e hora foi comunicada a localização de tal vaga em leito de UTI?

- Como não há vaga em UTI pediátrica em Ponta Grossa, foi informado que surgiu vaga em leito normal de UTI no Hospital Bom Jesus de Ponta Grossa, mas dependeria do acompanhamento de um médico pediatra. Isso é comum? Esse fato foi comunicado ao médico que estava acompanhando o menor até então?

- Quando localizada vaga somente em hospital particular é comum a família ser obrigada a apresentar cheque caução?

- Que horas foi solicitada e liberada a UTI móvel cedida pela Central de leitos para efetivar a transferência do menor à Curitiba?

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1521

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier, solicitando seja determinado à 3ª Regional de Saúde e Central de Leitos de Ponta Grossa, que forneça cópia de documentação completa e prontuários médicos onde consta quadro médico quando da internação e evolução desse quadro, relativos à internação do menor Kayke Luan Ferreira, que na data de 11 de maio de 2007, no município de Ponta Grossa, ficou durante quase 24 horas sob risco de morte no Hospital da Criança João Vargas de Oliveira, aguardando um leito de UTI.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informações ao Exmo. Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, para que envie para esta Casa de Leis os relatórios de gastos do Governo do Estado com publicidade e propaganda nos anos de 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002, com jornais, emissoras de televisão, rádios, revistas e agências de publicidade.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 405/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao município de Capanema/PR, uma área de terras com 46.822,50m², desapropriada pelo DER pelo Decreto Estadual nº 3082, de 08 de março de 1994, retirada do imóvel constituído pelo Lote Rural nº 92, da Gleba 145-CP, do Núcleo Capanema, da Colônia Missões do Município de Capanema, com área total de 343.000m², com Matrícula sob nº 7040, Livro 062, fls. 171v./172/172v. do Registro Geral de Imóveis de Capanema/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.06.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Em 17 de novembro de 2006, foi realizada uma Escritura Pública de Desapropriação Amigável em favor do DER, de uma área de terras com 46.822m², que havia sido declarada de utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 3082, de 08 de março de 1994, para a construção do acesso à ponte do rio Santo Antonio, divisa Brasil e Argentina.

Sobre a referida área, foi construído, com recursos da Prefeitura Municipal de Capanema, um prédio para abrigar a alfândega de fiscalização da referida ponte internacional, até o momento não averbado.

Para que a prefeitura de Capanema possa providenciar a averbação e, posteriormente efetuar a doação à esfera federal, é necessário que o estado faça a doação do imóvel acima mencionado ao município de Capanema, razões pelas quais, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Finda a leitura do Expediente.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, assisti, agora, a Sessão Solene, em homenagem ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, uma Sessão nostálgica, 60 anos. É um momento bonito de se comemorar, de homenagear aqueles que são guardiões dos recursos públicos.

Parabéns, aos Deputados do PPS, por lembrarem desse dia tão importante, dia de homenagear o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Tribunal que tem a responsabilidade de acompanhar as contas dos Poderes. Tribunal que ao longo desses 60 anos, vem aprovando e reprovando, vem sendo guardião das questões públicas desse estado. Claro, que de vez em quando o Tribunal comete alguns errinhos, mas não são erros graves, são erros pequenos, como aprovar as contas de um Governo, durante 8 anos, sem estar de acordo com a lei. Mas são pequenos erros que o Tribunal comete, algum técnico errou, algum profissional errou, alguém entendeu que só foi uma falha administrativa, não foi o crime da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi apenas um errinho, que não deve comprometer a carreira política de ninguém. Não deve preocupar o estado do Paraná, é apenas um errinho. Oito anos, de uma conta, mais 3 anos de outra conta, mas tudo é possível, quando se quer.

Por isso, acho justa a homenagem do PPS, esse partido que tem história no Paraná. É o partido que tem lutado para que as coisas estejam no caminho certo, para que as coisas estejam no devido lugar. Parabéns ao PPS, na figura do seu Líder, o nosso Rubens Bueno, que em cada campanha vejo aquela frase: “Partido Limpo”. Acho tão bonita a política limpa, a política correta, a política que não permite um Paraná ser roubado sem que ninguém se levante e, que muitos daqueles, Srs. Deputados, são aplaudidos.

Um Paraná de 60 milhões por mês que podiam salvar as vidas, Deputado Plauto, em Ponta Grossa, das crianças que morrem. Sessenta milhões que poderiam gerar emprego neste Paraná, mas que foram roubados por alguém. Alguém roubou. E nós fazemos o quê? Nada! Aprovamos tudo! Aplaudimos tudo, porque muitas vezes é preciso aprovar as contas, é preciso reprovar outras, mas tudo isso faz parte de um pacote. A vida é assim, um é mais bonito, outro é mais feio, outro é de perto, outro é de longe.

Mas, queria aqui cumprimentar os nossos valerosos Conselheiros do Tribunal de Contas.

Parabéns ao PPS. Tanto orgulho de aprovar e aplaudir o Tribunal de Contas do Paraná.

Meu sangue de gaúcho sobe aqui e daqui a pouco vou falar alguns versos improvisados em homenagem a esta limpeza que vemos no Paraná. Há coisas diferentes, há coisas bonitas. Estive em Santa Helena, terra que tenho o maior carinho, e lá descobri que tinha um monte de coisas de ONGs. Ainda não compreendi, estou estudando.

Renan Calheiros caiu em Brasília. Por que caiu? Porque chegou até uma revista de São Paulo, os documentos que deveriam chegar, e uma confusão no país disso e daquilo. Mas tem muita coisa acontecendo por aí e que alguém faz de conta que não vê. Só que tem aquela história: não é sempre. Algumas coisas se vêem por um período, não pela eternidade. É como os milhares de reais

que foram roubados deste Estado e que aos poucos vão aparecendo. As quadrilhas estão aí, cheias de quadrilheiros que não eram nada e que hoje são milionários. De onde? Sei lá! Vieram de algum lugar!

Por isso que usei aquele tempo que sou corajoso, que não tenho medo de nada, que estou aqui para cumprir o que tem que ser cumprido. Tem muita gente para homenagear, aqui tem gente boa, mas sinceramente, jamais vou aplaudir algumas quadrilhas que assaltam este Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PDT, PSDB.

(**Declinam**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osmar Bertoldi.

Liderança dos Democratas: Deputado Osmar Bertoldi

O SR. OSMAR BERTOLDI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna na tarde de hoje é um assunto que tem sido veiculado quase que diariamente nos jornais da cidade de Curitiba, que é questão da abertura ou não da Praça Miguel Couto, conhecida como Praça do Batel.

Na verdade, a Praça Miguel Couto, que está localizada no cruzamento das Avenidas Batel e Bispo Dom José, através de um pedido de um grande amigo Rafael Xavier, que tem se organizado e mobilizado junto aos demais moradores da região do Batel, no sentido de não deixar que seja aberta uma praça que faz parte da história de Curitiba, uma praça que faz parte do convívio do dia-a-dia dos moradores daquele bairro, e sobretudo que está dentro de um conceito urbanístico, aonde a cidade é feita para as pessoas e não para os carros.

Na verdade, o que me traz a esta tribuna, eu estava calado, participei da reunião da Praça do Batel, foi um programa de televisão transmitido hoje, um programa do antigo companheiro Ricardo Chab, o Tribuna na TV, aonde mostrava o Prefeito da nossa cidade dizendo que as pessoas que estavam envolvidas nesta imobilização em defesa da Pracinha do Batel, eram pessoas de movimentos políticos, de sem-terra, de pessoas que fazem invasão na cidade de Curitiba.

Eu estive lá no domingo passado, ontem mais precisamente, assinando o abaixo-assinado. Além da minha pessoa, esteve minha sogra, que é moradora do Batel; esteve minha esposa, que foi criada na Rua Carmelo Rangel, há duas quadras da Praça do Batel; esteve minha cunhada, também assinando este documento; estiveram lá pessoas como Cenita Garcia, que está inclusive num dos jornais deste movimento, filha do saudoso Cal Garcia, um grande jurista de nossa cidade; pessoas, realmente, que convivem com o Batel há muitos anos.

Na verdade, pode-se dizer que o Rafael Xavier é alguém preocupado em politizar, em polemizar essa questão. Infelizmente, nosso Prefeito está completamente enganado neste sentido, porque quando moradores de uma localidade vêm em defesa daquilo que acreditam que faz parte do seu patrimônio, porque na verdade as praças públicas, sejam elas de qualquer cidade, são patrimônio do povo. Quando no exercício de cidadania se faz um movimento em defesa da não abertura de algo, que a meu ver não terá utilidade nenhuma para a nossa cidade - já que a abertura desta praça servirá unicamente como caixa de arruamento para 9 carros - isto não vai melhorar o trânsito da nossa cidade. Urbanisticamente falando, sabemos que a melhoria do trânsito, do sistema viário, passa por transporte coletivo, passa por calçadas adequadas para as pessoas irem e virem, passa principalmente por um transporte coletivo de qualidade, passa pelo uso da bicicleta, como opção de transporte, e passa sobretudo com uma preferência das coisas, não invertendo a ordem das coisas.

Hoje, o que nós vemos, infelizmente, é que o carro está à frente do homem e isto tem que acabar. Nós temos que, como Deputados, como homens públicos, defender qualquer que seja o movimento em prol do cidadão.

Por isso me manifesto radicalmente contra a abertura da Praça do Batel, e sobretudo contra a abertura de qualquer praça pública. Até porque a praça não é de um Prefeito, não é um de Deputado, não é de um governante, é sim, da população da nossa cidade.

Rafael está, hoje, inclusive junto conosco, logo ali atrás, e veio fazer esse desabafo e pedir que usássemos a tribuna desta Casa, porque até então não teria sido feito, por parte da prefeitura, nenhum tipo de ataque pessoal a cidadão nenhum deste movimento, até porque quem é democrata tem que saber conviver com o contrário, tem que saber conviver com as divergências e essa atitude não está sendo nada democrata por parte do nosso Prefeito.

Queria, primeiramente, dizer que a cidade de Curitiba sempre foi marcada por privilegiar o pedestre. Ao final da década de 60, existiu um movimento na Europa, que existe até hoje, que é de se fechar as ruas para o pedestre. Isso acontece em várias cidades européias até hoje. Curitiba, na década de 70, foi vanguarda em 1973 ao fechar o calçadão da Rua XV e de lá para cá tem se mostrado uma das cidades brasileiras com uma das melhores concepções urbanísticas. Essa é a nossa marca, sempre foi e sempre será, mas para que ela possa continuar sendo, tem que se ter pessoas voltadas para o ser humano.

Uma praça que é um patrimônio da nossa cidade e que, hoje, está inclusive protocolado na Secretaria Estadual que trata da questão do patrimônio histórico sob o Protocolo nº 9.547.314-8, que diz respeito ao tombamento dessa praça pelo seu fator histórico; uma praça que homenageia figuras da nossa cidade como o Barão do Cerro Azul; uma praça onde se encontram obras que dizem respeito a nossa grande glorieta grega, com colu-

nas clássicas que temos na Praça do Batel, que representam em Curitiba a nova Hélade, sonho dos poetas simbolistas e neopitagóricos, entre eles os poetas curitibanos Dario Veloso e Emiliano Pernetá; não pode ser simplesmente aberta e dada ela aos carros.

Ao meu ver, ao ver da maioria da população que convive naquele local e da maioria dos técnicos, professores de universidade, sabem que a abertura de uma praça não resolverá o problema do trânsito naquela localidade. Por isso, venho a esta tribuna fazer este alerta e pedir agilidade no processo de tombamento como patrimônio histórico da nossa cidade a Praça Miguel Couto, como é conhecida e carinhosamente chamada pela nossa cidade como a Praça do Batel.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigado, Deputado Bertoldi, rapidamente, até porque seu tempo é curto, mas acho que a discussão que temos que fazer, e o senhor bem aborda essa questão a respeito do que está ou não, hoje, para além de abrir ou não uma praça e transformá-la em uma via, é a grande quantidade de shoppings centers que temos em Curitiba e cada vez mais a especulação imobiliária pressionando os espaços que temos.

A verdade é que muito se tem dito a respeito da praça, assim como muito se tem dito a respeito da área do Portão, onde está sendo construída uma trincheira. Muito se tem falado a respeito do Alto da Rua XV com o novo shopping e cada vez mais nós vemos que os grandes empreendimentos para serem construídos pressionam parte da cidade e essa parte da cidade acaba sendo destruída, não em benefício da maioria, como bem o senhor colocou, mas em benefício de pequenos grupos que se utilizam do seu poder - e é legítimo - mas se utilizam do seu poder econômico e político, fazendo com que tenhamos uma descaracterização de toda cidade.

Parabéns pelo seu pronunciamento e acho que precisamos pensar o que está para além de abrir ou não uma rua na Praça do Batel.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Muito obrigado, Deputado Tadeu Veneri. Na verdade, hoje, já foram colhidas mais de duas mil assinaturas de moradores daquela região, que utilizam aquela praça.

Fora a praça, temos o ingrediente logo ali ao lado, que é a questão da grande feira gastronômica realizada aos domingos pela manhã e as terças-feiras à noite. O Deputado Ney Leprevost é vizinho ali daquela região e sabe que essa feira será prejudicada, não os feirantes, mas a cidade. As feiras públicas fazem parte do colorido da nossa cidade. Curitiba sempre foi marcada por uma cidade humanista, uma cidade aonde é possível, apesar do seu tamanho de metrópole, conviver como uma cidade do interior ainda, aonde os vizinhos se encontram, ora na

praça, ora nas feiras livres espalhadas por toda Curitiba. Isso é um patrimônio que não é de ninguém. Esse patrimônio é o patrimônio do povo da nossa cidade.

Ouçó, com prazer, o Deputado Líder da Bancada do Governo, Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Prezado Deputado Osmar Bertoldi, queria em primeiro lugar parabenizá-lo, embora o tema da Pracinha do Batel seja um tema afeito a esfera do município de Curitiba, temos que reconhecer que os valores que estão intrínsecos na questão da pracinha são muito mais amplos do que a questão do sistema viário da cidade de Curitiba.

Quero dizer que recebi uma manifestação do nosso amigo Rafael Xavier, que liderou aquela manifestação absolutamente pacífica, uma manifestação a favor da cidade, uma discussão sobre um assunto extremamente importante e vejo que V. Exa. vai à tribuna, aborda esse tema. Mas, temos de reconhecer que os valores de uma cidade e da cidadania são muitos mais amplos.

Se vivêssemos aqui, minimamente, um processo de democracia participativa, como na França, por exemplo, para se fazer uma intervenção de tal magnitude, V. Exa. que é especialista nessa área de gestão sabe disso, a população da região seria consultada. Não é isso? E, o que estamos vendo, na verdade, é uma prepotência, a medida que já se cortou ao meio a Sociedade União Juventus, já foi ali rompida e toda aquela região, na verdade. É uma região importante para a cidade. Ela, certamente, deve ser preservada.

Espero que o que esteja acontecendo ali não seja efetivamente para poder beneficiar aquele shopping que foi autorizado na Av. Batel, e que vai demandar um grande volume de tráfego justamente na frente de um dos mais importantes hospitais da nossa cidade, que é o Hospital Santa Cruz. Que não esteja por trás os interesses da especulação imobiliária, querendo de fato romper, de uma forma absoluta, a tranquilidade de toda aquela região, dos moradores. Efetivamente, vamos desumanizar aquela região se a Pracinha do Batel for rompida.

Por isso, quero parabenizar V. Exa., que é um estudioso do tema que envolve a gestão urbana e é extremamente importante a sua abordagem.

Quero aqui me solidarizar, não como curitibano, embora esteja aqui há 32 anos, amo esta cidade e penso que é importante, de fato, preservar os grandes valores que são valores culturais inclusive, na medida que todo esse sistema viário e toda aquela região tem uma vida e aquela pracinha desperta o lúdico nas pessoas. É importante preservar numa cidade justamente os pontos de encontro, como é a Pracinha do Batel. Parabenizo V. Exa. por ter abordado este tema.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Na verdade, participei, como falei aqui, da reunião da Praça do Batel. Fiquei calado naquela ocasião para

não politizar esse tema. Estou vindo aqui com uma questão técnica, tentando mostrar que tecnicamente não é viável a obra proposta, que a cidade tem um patrimônio que tem que ser preservado. É neste sentido, não quero politizar um tema como este e ao vir aqui, é muito mais por uma condição mal colocada, na questão das pessoas que estão envolvidas nesse movimento, que são pessoas de bem e parte delas fazem parte, inclusive, da minha família e não por uma exigência política minha, mas fazem parte por serem moradores vizinhos e a hora que vemos pessoas de bem da nossa cidade nesta situação, só queremos esclarecer aqui que o movimento é dos moradores do bairro do Batel, que têm a melhor das boas intenções e a chance de se manifestar de maneira pacífica e amigável em uma obra que não trará resultados urbanísticos no sistema viário, e sim, uma perda para a nossa cidade.

Queria conceder um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Sr. Presidente, apenas para cumprimentar o Deputado Bertoldi pelo pronunciamento e pela preocupação. Dizer que casualmente conversei com o Prefeito de Curitiba na última sexta-feira e nós estávamos viajando. Eu também compro meu jornal na Pracinha do Batel e lá, conversando com pessoas, foi feita Audiência Pública e há realmente discordância na questão. Mas há pouco conversei com o Prefeito, sabia que esta questão seria levantada e o Prefeito Beto Richa pediu que comunicasse a todos os Parlamentares que toda a sua equipe, é só escolher o horário que a equipe e ele, pessoalmente, gostaria de conversar com V. Exa. que está colocando essa preocupação e com todas as pessoas que assim desejarem. Conversar, debater, chegarmos a uma conclusão, porque não tenho nenhuma dúvida que o interesse maior de V. Exa. e do Prefeito Beto Richa é fazer o melhor para Curitiba, mas sempre preservando o patrimônio público e a história desta cidade, que é exemplo para o Brasil.

Cumprimento V. Exa. e coloco-me à disposição, porque o horário para conversarmos com os representantes que V. Exa. aqui fala, com o Prefeito, com o Secretário e os servidores dessa área, quem marca é V. Exa.

Muito obrigado!

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Muito obrigado! Só tenho a agradecer, Deputado Rossoni, pela intervenção, até porque isso pode abrir um canal melhor de conversação e de negociação dessa comissão que está interessada em ter essa conversa com o Prefeito Beto Richa. Muito obrigado e desculpe o uso indevido, Presidente, de mais tempo do que me era permitido!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O que me traz a esta tribuna são 2 motivos, mas 1 deles é dar aqui a esta Casa conhecimento de uma resposta e de uma visita que recebemos no dia de hoje, Sr. Presidente, do Superintendente da COPEL, o engenheiro Silmar Van der Broocke, acompanhado do Sr. Miguel, que é assessor especial do Luiz Rossafa, Diretor de Gestão Corporativa da COPEL, e que vieram trazer, em parte, esclarecimentos a respeito de um pedido que havíamos feito e o Deputado Romanelli inclusive encaminhou esse pedido à COPEL, para que pudéssemos nos inteirar de uma licitação, na verdade um pregão eletrônico que foi suspenso há alguns dias e que trazia, entre outras finalidades, a de fazer toda a parte de identificação de funcionários, de veículos e de outras pessoas dentro da COPEL.

Esse processo acabou não acontecendo, uma vez que foi suspenso o pregão eletrônico e quando visitamos o Presidente da COPEL, na semana que passou, nos foi afirmado que o projeto como um todo, ele incluía um valor, em torno de R\$ 2 milhões, 988 mil. Esse valor seria o valor para que toda a área da COPEL fosse coberta. Posteriormente, tivemos a informação de que não seria toda a área da COPEL a ser coberta, apenas o Km3. Eu conversei com o Deputado Romanelli, e o Deputado Romanelli, realmente, me informou que havia feito o pedido de informações e que não havia retornado.

Deputado Romanelli, estou aqui dando a esta Casa satisfações, porque afinal foi feito o pedido e o Presidente da COPEL nos informou que realmente era apenas a primeira parte. Mas, havia uma segunda parte que envolvia R\$ 29 milhões. E, hoje, na parte da manhã, a segunda parte seria executada em 2008 e 2009. E nesse processo, hoje, na parte da manhã, início da tarde, quando fui procurado pelo Superintendente da COPEL, ele nos trouxe algumas informações dizendo que toda essa parte que diz respeito aos 29 milhões - e eu quero passar uma cópia a V. Exa. depois, que diz respeito aos 29 milhões - está suspensa, ou seja, ela não está aprovada.

Então, temos hoje uma situação onde o pregão eletrônico a ser realizado será apenas e tão somente para aquele primeiro valor que eu já havia, daqui desta tribuna me referido, de cerca de R\$ 2 milhões, 688 mil. Na verdade, é que nós tínhamos levantado também uma dúvida sobre a empresa que iria ter a concorrência e iria vencer a concorrência, que é a Telemática. E eu estou fazendo um encaminhamento, Deputado Romanelli, esta semana, para que a COPEL nos responda se técnicos da Telemática estiveram na COPEL em novembro e outubro do ano passado. Obviamente que não há nada de errado que técnicos de uma empresa estejam visitando a COPEL, até porque a COPEL é uma empresa de porte que recebe inúmeros técnicos.

Obviamente, também estamos solicitando que nos sejam encaminhadas as listas de acesso ao prédio central da COPEL, porque como eu havia dito aqui, algumas das partes do edital da PRODESP foram praticamente transcritas para o edital da COPEL. Também não vejo nada de errado nisso, apenas queremos deixar tudo com muita tranquilidade, e nesse sentido, o Presidente da COPEL tem sido extremamente solícito.

Acho que devemos buscar trazer para a Assembléia e para os Deputados, todas as informações possíveis, porque uma vez que foi suspenso o leilão, uma vez que o leilão foi suspenso sob a alegação que havia a coincidência de direcionamento e que a Telemática é a única empresa que forneceria esse equipamento, é meu papel, papel de qualquer Deputado, obviamente, fazer a fiscalização e saber se exatamente foi isso que aconteceu. Estamos recebendo algumas outras informações e à medida em que essas informações chegarem, quero passá-las à Assembléia Legislativa.

Antes de conceder o aparte, Deputado Jocelito, só gostaria de fazer uma consideração aqui que não tem a ver com esse tema, mas que certamente o senhor, na sua sabedoria, irá também abordá-lo. Tivemos neste final de semana e na sexta-feira algumas situações bastante conturbadas, eu diria, com relação ao Congresso Nacional, pelas declarações feitas pelo Presidente da Venezuela. E o que me surpreendeu é que um Deputado do Paraná, inclusive, fez uma solicitação ao Presidente Lula para que rompesse - esse é o termo utilizado até que haja outro entendimento - as relações diplomáticas, Deputado Belinati, com a Venezuela, se o Governo venezuelano não restabelecer o sinal do canal de televisão que, por ter tido o seu prazo extinto, não foi revalidado. Vejam os senhores a que ponto chega, às vezes, o papel do nosso Congresso. E depois, não querem que digam o que dizem. Como que um Deputado Federal, Deputado Max Rosenmann, pode solicitar que o Presidente de uma República rompa relações diplomáticas com outro país, porque esse país, soberanamente, decidiu que não iria permitir que houvesse a continuidade de uma concessão de televisão?

Meu Deus do céu, eu fico aqui imaginando se esse Congresso realmente não merece, Deputado Jocelito, a pecha que lhe é dada. Um Congresso que tem mais da metade de seus Deputados, em algum momento nesta ou na legislatura anterior, sendo investigado por suspeita de corrupção, muitos deles cassados, outros que renunciaram, inclusive do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, que em 200 anos o Senado teve uma única cassação, uma única cassação, quer dizer, é uma Casa de santos, com tantas denúncias é uma casa de santos, Deputado Pugliesi, porque teve uma única cassação, que teve um Deputado, infelizmente também do Paraná, Deputado Pedro Lauro, ex-Deputado, que propôs a invasão da Venezuela, para tomar o petróleo da Venezuela, porque era na linha, era só atravessar e tomar o petróleo e entretanto ninguém, absolutamente ninguém se opôs a essas sandices, essas maluquices! Aí vem o Congresso, não aprova leis que são

importantes para o país, muitas vezes fica 10 anos sem aprovar alguma lei que é importante para o país, não consegue fazer um debate a respeito de temas, como já colocamos aqui, como a redução de cargos comissionados, como o nepotismo, como um pacote anticorrupção que hoje se fala, mas só se fala, se fala, se fala e não se vai adiante.

E aí, quando o Presidente da República Venezuelana diz que o nosso Congresso - e acho que fala até de uma forma que talvez nem devesse ser pronunciado - é um Congresso feito de papagaios, todos os congressistas se rebelam ou parte deles se rebelam, entretanto, vimos Deputados compararem o Presidente da Venezuela eleito, reeleito, a um ditador, mas não vimos em nenhum momento compararem o dono da ex-emissora de televisão a um golpista.

Então, eu fico pensando quais são os pesos e quais são as medidas adotadas muitas vezes por essas pessoas, porque aí, é claro que nós entramos num debate emocional, mas não dá para o Congresso Nacional passar a fazer o papel de repetir, de papagaio muitas vezes, de repetir aquilo que é dito pela Sra. Condolezza Rice, porque senão, realmente, vamos terceirizar o nosso Congresso que é soberano, que é importante, que é legítimo representante do povo brasileiro, mas que não pode se permitir ter esses arroubos, muitas vezes, que acabam sendo quase que arroubos infantis num debate que não interessa absolutamente ninguém.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado Tadeu Veneri?

(Assentimento)

Muito obrigado, Deputado Tadeu Veneri. Queria cumprimentar V. Exa., essa questão que envolve a Venezuela que V. Exa. coloca é de surpreender, não entendemos mais nada. O senhor acaba de dizer que um Deputado do PMDB, que é o Deputado Max Rosenmann, é do PMDB, que foi convidado, inclusive, para ser Secretário de Estado do Governador Requião, que adora o Chávez, que é apaixonado pelo Chávez, que ama o Chávez, e de repente, vemos aqui que o Max Rosenmann, que é do PMDB, que é do partido do Governador, que foi convidado para ser Secretário agora, quer acabar com as relações internacionais entre o PMDB e o governo federal.

Eu não entendo mais nada, sinceramente, eu não compreendo mais nada, e digo mais, quero cumprimentar V. Exa. Que denúncia V. Exa. traz a esta Casa, hein? Pena que muita gente não tenha percebido a profundidade da denúncia.

Deputado Tadeu Veneri, se esta denúncia que V. Exa. trouxe a esta Casa hoje, e que é coisa de arrepiar, se fosse dado o mesmo tratamento que é dado aos pobres Prefeitos do interior, tinha muita gente já fora da política.

Muito obrigado, parabéns pelo seu pronunciamento e eu lamento que esta denúncia tão pesada que

V. Exa. traz aqui, tem gente que está fazendo de conta que não está ouvindo.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, apenas para concluir, acho que este é um debate que devemos continuar a fazer, até porque eu quero aqui deixar muito claro que a posição individual de cada Deputado é soberana, legítima, nós respeitamos e não reflete, o Deputado Romanelli sabe bem disso, não reflete, em absoluto, a posição do partido. Acredito muito que há posições individuais, mas nem de longe reflete, e nem poderia, não é, Deputado Pugliesi, refletir a posição do partido.

Agora, com relação a isso que o senhor fala da COPEL, sabemos que a nossa obrigação é fazer a fiscalização e vamos continuar buscando esclarecer todos estes processos, inclusive a nova licitação que vai ocorrer, o novo processo de pregão que vai ocorrer.

Sr. Presidente, obrigado pelo espaço.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passas-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº subscrito pelo Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, comunicando que irá compor como titular a Comissão Especial de Investigação dos Gastos com a Publicidade, e o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, como suplente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 146/07, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, sugerindo transformar em Companhia o Pelotão da PM de Capanema. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 147/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo a ampliação do termo Aditivo de Cooperação Técnica e Financeira para as Escolas de Educação Especial. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 229/07, que cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na comarca de Francisco Beltrão, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Com sua discussão encerrada, em votação o projeto, ressalvadas as emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

Em votação a emenda de plenário com parecer contrário da CCJ. **Rejeitada.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 313/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação dos Pobres e Carentes de Braganey, com sede e foro em Braganey. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/07, de 02/05/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 335/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que declara de utilidade pública o Educandário Mater Consolatrix, com sede e foro no município de Ivaiporã. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/07, de 08/06/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 342/07, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Água Nova e Adjacências - APRAN, com sede e foro no município de Paranavaí. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/07, de 09/06/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/07, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Plauto Miró, que altera dispositivos da Lei nº 15352, de 22 de dezembro de 2006 e da Lei nº 15467, de 09 de fevereiro de 2007 (ICMS). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, fica revogada totalmente a Lei nº 15456 de 15 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial nº 7401 de 31 de janeiro de 2007. (Resíduos Sólidos). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 318/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que altera a redação dos artigos 8º de 156, da Lei Complementar Estadual nº 092, de 05 de julho de 2002 (Auditor Fiscal). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS.

Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o projeto de autoria do Deputado Reni Pereira, que trata da alteração dos artigos 8º e 156 da Lei Complementar Estadual nº 092, recebeu por parte da área técnica da Fazenda uma manifestação contrária em relação à alteração legislativa proposta pelo Deputado Reni Pereira, no entendimento que o tema contraria ao interesse público.

Como certamente este projeto poderá eventualmente vir a ser vetado pelo Executivo, por conta já de manifestação da área fazendária, o nosso encaminhamento é no sentido de que esse tema possa ser tratado de uma forma que esta Casa tem tido, de uma forma muito interessante nesta legislatura, ou seja, de ou retirar o projeto de pauta ou rejeitar o projeto que sabidamente verificamos contrário ao interesse público.

Então, queria, na condição do exercício da Liderança do Governo, encaminhar à bancada de apoio ao ao Gov erno nesta Casa, o voto contrário ao Projeto nº 318/07, de autoria do Deputado Reni Pereira. Embora reconhecendo os esforços e o mérito, mas como o parecer da área da Fazenda é contrário, e ainda hoje recebi essa questão até por conta do parecer da própria SEAP em relação ao projeto, tratando da questão da constitucionalidade e das questões que envolvem esse tema, sou obrigado a encaminhar contrariamente ao Projeto de Lei Complementar nº 318, de iniciativa do Deputado Reni Pereira.

Era isso, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Para Encaminhar**)

Entendo a preocupação do Líder. Essa orientação da Fazenda eu desconhecia. Tenho a orientação que gen-

tilmente o Líder do Governo me passou na semana passada, da Secretaria da Administração, dizendo que esse projeto teria que ser de responsabilidade exclusiva do Governador, conforme prevê o artigo 66 inciso I, da Constituição Estadual, porque ele está, através de um projeto de lei, alterando dispositivos de gerenciamento do pessoal do Poder Legislativo. Está escrito aqui Legislativo, mas na verdade é Executivo.

Quero dizer o seguinte - em que pese o respeito que tenho pela Liderança do Romanelli - são 2 pesos e duas medidas. Igual matéria foi tratada no projeto que já votamos e que provavelmente seja sancionado. Inclusive foi favorável aqui no plenário. Igual entendimento teve V. Exa. e a Bancada do Governo no projeto de lei que alterou os critérios da indicação dos Diretores do Paraná Previdência. A área técnica da Fazenda julga, contrário um projeto desta envergadura, contrário ao interesse público.

Quero explicar o que esse projeto prevê. Esse projeto, na verdade, deveria ter sido proposto pelo Governo, por V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, porque esse projeto está tentando evitar um caos no estado do Paraná, porque o estado do Paraná, não foi o Governador atual foi o Governador anterior, mandou uma lei para esta Casa, a Lei Complementar nº 092, que estou tentando alterar 2 artigos. Se não alterar, já vou dizer as conseqüências da não alteração. O estado mandou uma lei complementar, essa lei foi aprovada nesta Casa, essa lei foi sancionada pelo Governador Lerner, e esta lei é a Lei Orgânica dos Auditores e de todo o funcionamento da Secretaria da Fazenda. Ocorre que o próprio estado entrou com uma ação de inconstitucionalidade. Posteriormente, o Paraná-Previdência e os gestores da Fazenda entraram em entendimento, corrigiram, mas esqueceram de retirar a ação de inconstitucionalidade da lei como um todo. E esta lei está prestes a ser julgada inconstitucional. Na prática, vai acontecer o seguinte, Deputado Romanelli: se não aprovarmos essa lei, alterando o artigo 8º e o artigo 156, não teremos argumento para suspender a notificação do Supremo, quando ele o fizer. O senhor, como professor de Direito, sabe que a ação, julgada inconstitucional pelo Supremo, tem efeito *ex tunc*, ou seja, no mundo jurídico, essa norma nunca valeu - Lei Complementar nº 092, por causa desses dois artigos que eu estou mudando - e se nunca valeu no mundo jurídico a Lei Complementar nº 092, todos os lançamentos que foram homologados, aqueles lançamentos que o contribuinte do Paraná vai lá e faz, todo mês, lança seu imposto e tem que ser homologado pela autoridade fazendária, podem ser cancelados desde 2002.

Todos os Autos de Infração, aqueles que foram pagos e aqueles que estão pendentes de pagamentos podem ser cancelados, porque não existe uma lei que acoberte os atos da Secretaria da Fazenda. Inclusive tem um ponto bom. Esse atual Diretor, que deve ter sido quem orientou porque foi negligente em ter mandato uma lei dessa estatura para esta Assembléia, esse Diretor

sequer poderia ser Diretor, porque ele não teria competência. Tinha outros requisitos na linha anterior.

Quero dizer que se a Secretaria da Fazenda - e eu tenho certeza que o Secretário não fez isso, porque ele sabe o que esse projeto almeja - se a coordenação orientou, o senhor oriente a sua bancada a seguir esse rumo, só que os efeitos para o estado do Paraná, se é isso que esse Diretor entende, contrário ao interesse público, ele que me diga o que é favorável ao interesse público, porque se ele não tem responsabilidade com as finanças do estado, esta casa tem que ter. É isso o que eu quis dizer. Agora, se ele foi negligente em não ter observado essa falha na Lei Complementar nº 092, ter atendido e mandado a lei para esta Casa, não “comemos bola”, Deputado Romanelli. Se ele orientou o senhor, orientou de maneira equivocada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Eu iria propor ao autor, para que o bom senso prevalecesse, que retirássemos por 5 Sessões, até que pudesse esclarecer, de forma definitiva, o posicionamento da área fazendária do estado. Quero propor ao autor que retirássemos por 5 Sessões para esclarecer o tema.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Deputado Romanelli, anteriormente se suspendeu a votação de um projeto meu que regulamentava a aplicação da participação das microempresas nas licitações no Paraná por 10 Sessões. Esse projeto não voltou mais à votação. V. Exa. me deu a orientação da Secretaria da Administração e ela disse que nesse projeto, era contrária, porque envolvia a questão do comitê gestor. O comitê gestor que foi criado na Lei da Micro e Pequena Empresa, é só para tratar de assuntos da área tributária. A Lei de Licitações e a regulamentação da Lei de Licitações, é assunto de natureza administrativa.

Ou essa assessoria está muito mal informada ou tem que ver melhor o que manda, porque nesse assunto que suspendemos por 10 Sessões, a regulamentação da participação da microempresa, já passaram-se mais de 40 Sessões e V. Exa. não liberou a pauta e eu respeito, porque o senhor tem a maioria. Agora, se me permite, vamos pôr duas Sessões. Dá tempo para o senhor perguntar por que eles julgam contrário ao interesse público.

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI (PMDB)

Três Sessões eu concordaria perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito que encaminhe por escrito, Deputado Reni Pereira.

Requerimento nº 1549 de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 3 (três) Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 318/07. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 3 (três) Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 318/07.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no município de Nova Laranjeiras. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTITO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral.**

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, venho usar este horário para fazer um alerta sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Novamente, o Governo do Estado do Paraná está sendo reincidente.

O demonstrativo do cumprimento das metas fiscais do quadrimestre, ele dita à Lei de Responsabilidade Fiscal do Paraná, parágrafo 4º artigo 9º, que precisa que alguém da Secretaria, o Secretário, venha prestar esclarecimentos aqui da nossa Casa. Já se findou. Ele teria até o final do mês de maio, já estamos entrando em junho e o Secretário, não sei se já tem algum horário marcado com esta Casa.

O relatório resumido da gestão fiscal, publicado com amplo acesso ao público, divulgado na internet, até o final de maio, e se você consultar a página da internet do Governo do Estado no que diz respeito ao relatório resumido da Gestão Fiscal, também não consta isso com amplo acesso ao público.

Venho aqui fazer esse alerta a Casa.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Cabe a questão de ordem de V. Exa. Até aproveito a oportunidade, porque ainda hoje pela manhã estivemos em contato com a Secretaria da Fazenda e comentamos a este respeito, porque já havíamos enviado uma correspondência e já acertamos.

Como esta semana é uma semana com algumas convocações, já vem o feriado, quarta-feira pela manhã o Secretário da Saúde irá cumprir essa questão constitucional às 9h da manhã, aqui no Plenário. A Secretaria da Fazenda, então marcamos para depois do dia 15 de junho. Já ficou agendado.

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre a urbanização de microbacias nos perímetros urbanos do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CEMA. COM SUBSTITUTITO GERAL DA CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/07, de 12/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 097/07

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 097/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, *dispõe sobre a urbanização da microbacias nos perímetros urbanos do estado do Paraná.*

Na justificativa, a autora fundamenta sua proposição alegando que *no processo de urbanização das cidades, os loteamentos sempre foram direcionados para ficarem de costas para as microbacias. Com o crescimento acelerado das cidades, essas microbacias sofreram uma degradação motivada pela ocupação irregular das áreas de preservação permanente, com lançamento de resíduos sólidos e efluentes domésticos sem tratamento, provocando a destruição, obstrução e descaracterização das áreas de preservação permanente das microbacias hidrográficas do estado do Paraná.* De tal sorte que a proposição da nobre Deputada *objetiva a implementação de corredores de preservação permanente nas microbacias hidrográficas urbanas, assim possibilitando que os novos loteamentos fiquem defronte a parques verdes, favorecendo a micro drenagem urbana, impedindo a ocupação irregular desta áreas de preservação permanente melhorando a qualidade de vida da população. Além de constituir um bem público de domínio de toda cidade.* Alegando derradeiramente que o ... *projeto está amparado na Constituição Estadual conforme os artigos 151, IV e VI; 152, parágrafo 1º, IV e V; 207, parágrafo 1º, XII, 210, parágrafo único, III e o artigo 211.*

Fundamentação

Com fulcro no artigo 43 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no que pertine aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa da Deputada Rosane Ferreira, autora da proposta, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 097/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 097/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, *dispõe sobre a urbanização de microbacias nos perímetros urbanos do estado do Paraná.*

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a

Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por finalidade a preservação permanente nas microbacias hidrográficas urbanas, assim possibilitando que os novos loteamentos fiquem defronte a parques verdes, favorecendo a micro e macrodrenagem urbana.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à proposição nº 097/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 097/07.

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, tem como objetivo implementar corredores de preservação permanente nas microbacias hidrográficas urbanas, possibilitando em seu entorno uma área mínima conforme especifica o Código Florestal, Lei 4771/65, favorecendo assim a microdrenagem urbana e impedindo a ocupação irregular destas áreas, melhorando a qualidade de vida da população, além de constituir um bem público de domínio coletivo.

Observando o disposto no artigo 207, *caput*, da Constituição do Estado do Paraná, em seu parágrafo 1º e seus incisos IV, V e XII, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente reconhece os méritos deste projeto de lei, o qual inegavelmente é de grande relevância no processo de urbanização consciente das cidades.

Desta forma, esta Comissão apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 097/07, acatando o Substitutivo Geral do Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Sala das Comissões, em 21.05.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA -Presidente

OSMAR BERTOLDI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 097/07

Art. 1º O território do estado do Paraná é patrimônio natural de seus habitantes e sua conservação e preservação são responsabilidade de todos os cidadãos.

Art. 2º Os loteamentos a serem licenciados pelo poder público devem obrigatoriamente ser projetados de forma que os cursos hídricos e nascentes existentes na área do loteamento tenham em seu entorno uma área mínima de preservação permanente, conforme especifica o Código Florestal, Lei Federal nº 4771/65. Após esta faixa de preservação de mata ciliar, será construída a rua com as pistas de rolagem específicas, de acordo com o Plano Diretor de cada município.

Parágrafo Único. Independente das demais sanções legais cabíveis, o não cumprimento do presente artigo ensejará embargo do loteamento, podendo dar continuidade ao empreendimento apenas após a devida regularização da área, conforme normas ambientais.

Art. 3º Os equipamentos públicos, bem como as redes de esgoto, energia elétrica, água, telefonia, e outras, só poderão ser implantadas fora da faixa de preservação permanente dos referidos loteamentos.

Parágrafo Único. A exceção ao *caput* do presente artigo será permitida para obras de transposição em áreas de preservação permanente, desde que se trate de obra essencial e de relevante interesse público, tendo sido devidamente prevista, analisada e aprovada no Plano Diretor do município ou, na ausência deste, pelo órgão municipal de planejamento e ordenamento territorial.

Art. 4º A manutenção da integridade e do equilíbrio físico e biológico das áreas de preservação permanente, quando públicas, será de responsabilidade do poder público local e, quando privadas, de responsabilidade dos proprietários.

Art. 5º O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.05.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, fica estabelecido que o Governo do Estado do Paraná, abone as faltas ao serviço dos servidores públicos estaduais que professam a religião judaica ou islâmica e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDH. (Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 106/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, estabelece que o Governo do Estado do Paraná abone as faltas ao serviço dos servidores públicos estaduais que professam a religião judaica ou islâmica e dá outras providências.

O projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Carta Magna no seu artigo 5º, inciso VI, que diz:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do

direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias;

E na Constituição Estadual, que em seu artigo 53 diz:

Art. 53º Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;"

IX - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares estaduais para a inatividade;

XVII - matéria de legislação concorrente da Constituição Federal.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE LEI Nº 106/07

P A R E C E R :

De acordo com o artigo 33, parágrafo 14, do Regimento Interno desta Casa de Leis, dá-se o parecer que segue.

O presente projeto de lei busca que o Governo do Estado do Paraná abone as faltas ao serviço dos servidores públicos estaduais que professem a religião judaica ou islâmica. Esta propositura já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, por respeitar os ditames legais.

Pois bem, o presente projeto de fato dá relevância a direito relativo à pessoa humana, constante inclusive no artigo 5º, VI de nossa Carta Magna. Ora, possibilitar a todos que professem sua religião de modo lúdico e irrestrito, mostra-se condizente com o estado de democracia em que se vive. Não seria plausível admitir que parte da sociedade exerça sua prática religiosa e outra não, sob

pena de quebra do princípio da isonomia, outra regra de tope constitucional.

O Estado do Paraná, como bem se sabe, possui imigração diversa, contando com grande número de habitantes que professam a religião judaica ou islâmica. Os costumes destas religiões mostram-se diferentes da religião católica, por exemplo. Ainda na mesma esteira, sabe-se que os católicos guardam seus dias santos, não obstante este direito não é estendido às demais religiões, representando em verdade conduta que fere a igualdade formal dentre os cidadãos. Destarte, o estado em que se vive é laico, não podendo limitar as práticas religiosas que não atentem contra a segurança social. Este é exatamente o caso ora sob comento, em que se avulta essa desigualdade.

Face ao exposto e respeitando os princípios constitucionais é que o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 08.05.07.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Em votação.

Para encaminhar o Deputado Professor Luizão.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ainda que pese a boa intenção do Deputado Ney Leprevost, encaminhamento contrário ao projeto, porque ele prevê que o Governo deve abonar as faltas ao serviço dos servidores públicos estaduais que professem a religião judaica ou islâmica.

Ao contemplar duas religiões, estaríamos ignorando as demais. Sabemos que no Brasil existe uma probabilidade de religiões, que estaríamos discriminando com esse projeto todas as religiões que têm a mesma importância. Temos Diversas religiões, inclusive as religiões evangélicas, temos aqui o Pastor Edson Praczyk, que pode confirmar.

O nosso estado de direito prevê uma isonomia entre todas as religiões e não permite a discriminação. Além do mais, o artigo 66 da nossa Constituição Estadual, prevê que projeto de iniciativa exclusiva do Executivo, altere o Estatuto dos Servidores e seu regime jurídico. No caso do projeto de lei, teríamos ali uma modificação no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Encaminhamento contrário ao projeto, com todo o respeito ao Deputado Ney Leprevost, porque acredito que estaríamos criando aqui uma discriminação ao privilegiar essas duas religiões.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, o Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, ouvi atentamente as colocações do Deputado Professor Luizão, mas com todo o respeito que

tenho pelo Deputado, que inclusive é meu amigo, não apenas um colega Parlamentar, creio que o Deputado não chegou a ler todo o texto do projeto. Acho que está se atendo no que a súmula do projeto informa aqui na pauta, que foi distribuída aos Deputados, porque, na verdade, esse projeto obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, também da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, já que ele visa exatamente o contrário do que foi colocado aqui. Ele visa proporcionar a isonomia, já que nós católicos temos o abono de faltas nas datas em que são comemorados os feriados das pessoas que professam a fé católica e eu inclusive professo essa fé. Ao mesmo tempo, as pessoas que professam a fé judaica e islâmica não têm esse abono nos seus dias sagrados, nos seus dias santos.

Quanto às religiões evangélicas, queria informar ao Deputado Artagão Júnior, que também nas datas sagradas dessas religiões sejam descontadas as faltas.

Acredito que é muito positiva a informação desse projeto, é democrático e visa fazer com que não haja discriminação religiosa, já que não seria justo que uma pessoa como nós, que seguimos a fé católica, possamos ter o nosso feriado reconhecido e aqueles que são judeus ou muçulmanos não tenham o seu feriado reconhecido. O projeto visa a equidade e a própria Constituição Federal Brasileira prevê que todos são iguais perante a lei.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, em nome da Liderança do Governo, quero encaminhar contrariamente à aprovação do projeto, porque é claro que o projeto de lei do Deputado Ney Leprevost é um projeto bem intencionado e nasceu de demandas específicas feitas por segmentos religiosos da nossa cidade e nosso estado.

Na verdade, os feriados católicos, de certa forma já estão consagrados. Nós sabemos que o direito tem também como fonte os costumes e por óbvio da religiosidade do povo brasileiro, especialmente os católicos são nacionais. Eles estão de forma muito objetiva ressaltados na legislação.

O fato é que a proposta do Deputado Ney Leprevost padece do principal vício de origem. Também é claro que se fôssemos estender, do ponto de vista de todos os segmentos religiosos e das datas, teríamos um conjunto de abono de faltas que certamente seria contrário ao interesse público.

Quero aqui dizer que tenho o maior respeito pelo projeto, mas em função do entendimento acerca da constitucionalidade do projeto, especificamente da impossibilidade de termos uma abrangência que possa contemplar a todos os segmentos, e isso de certa forma poderia até desorganizar o serviço público estadual e regramento é de competência exclusiva do Governador, que encaminhamos contrários ao projeto, recomendando aos nossos Parlamentares integrantes da base de apoio ao Governo, que possam efetivamente votar pela rejeição do projeto, reco-

nhecendo nele a boa intenção do Parlamentar que propôs o abono de faltas.

Pela rejeição do projeto!

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)

Antes, quero informar que esta é a primeira discussão e estamos examinando a constitucionalidade do projeto de lei em questão, não estamos analisando o mérito. No que diz respeito à constitucionalidade, não há o que se questionar a competência do legislador em propor projeto de lei dessa natureza, até porque já tivemos projetos semelhantes nesta Casa, aprovados.

Então, não há o que se questionar neste sentido. Não há o que se levantar, a impossibilidade do Parlamentar em propor projetos desta natureza, até porque o artigo 5º da Constituição Federal assegura a liberdade de credo a todos os brasileiros.

O que o Deputado Ney Leprevost propõe neste projeto é justamente assegurar àqueles com princípios religiosos diferenciados da grande maioria, que são católicos no nosso país, que tenham as mesmas garantias constitucionais do que a grande maioria dos católicos do nosso país. Assim como os evangélicos, assim como os judeus, os islâmicos respeitam os feriados católicos estipulados no nosso calendário nacional. Eles pretendem, através de leis desta natureza, ter assegurado também o seu direito de dia de guarda, o seu direito de dia de crença, o seu direito à prática religiosa, em toda a sua essência e em toda a sua liberdade.

Justamente pensando nisto é que eu estou propondo e já protocolamos na Mesa, uma emenda a este projeto do Deputado Ney Leprevost, justamente ampliando o projeto de lei a atender as demais religiões, que num primeiro momento não estavam contempladas no respectivo projeto. A princípio, os judeus e os islâmicos estariam sendo contemplados neste projeto do Deputado Ney Leprevost.

Estamos justamente protocolando para que seja anexada ao projeto, no momento da 2ª discussão e para que possa ser analisada posteriormente nas comissões, uma emenda ampliando as demais religiões, que também têm o seu dia de guarda, que também têm o seu dia de credo, e que também tem sofrido pela falta, muitas vezes, do respeito a estas questões. A equidade, o princípio da igualdade, se justificam justamente quando são respeitados os princípios religiosos, por mais diferentes que eles sejam.

E hoje, estes princípios, estes credos, não têm sido muitas vezes respeitados, em função da ausência de legislações específicas, como esta que está sendo proposta pelo Deputado Ney Leprevost. Então, certamente, quero afirmar que a competência existe, do Parlamentar. Já existem projetos similares em outros estados do nosso país, em vigor, sendo respeitados. A questão do dia de guarda é um princípio de intransigência àqueles que tem o dia de guarda como princípio, ou seja, não existe como

quebrar, como desrespeitar, como deixar de cumprir, e, certamente, uma lei desta envergadura não estaria acobertando estes, que ainda não estão sendo protegidos, muito embora nossa Constituição Federal assim assegure, muito embora a Declaração Internacional dos Direitos Humanos assim assegure, e infelizmente, não tem sido respeitado no nosso Brasil.

Então, para que possamos completar a proposta do Deputado Ney Leprevost, temos protocolada à Mesa uma emenda, justamente dando amplitude que aqui foi abordada, para assegurar a todas as religiões, esta mesma proposição ora feita pelo Deputado Ney Leprevost.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; vejam como é o Parlamento!

Um projeto de lei colocado, aqui, pelo Deputado Ney Leprevost, que mexe com o sentimento de todos: os católicos, os espíritas, os evangélicos, os budistas, enfim, todas as religiões. E é tão difícil para nós legislarmos nessa questão religiosa. É uma questão que deveria ser feita, esse projeto, lá em Brasília, porque atinge o país, e não só o estado do Paraná.

Agora, pergunto o seguinte: no dia de Natal, no dia dos tradicionais feriados já consagrados, as outras religiões não fazem esse feriado? É a pergunta que eu gostaria de fazer. Natal, as outras religiões não deixam pelo menos de trabalhar? Não é que elas cultuem aquele dia, mas elas trabalham ou não trabalham naquele dia? Sexta-feira Santa todo mundo trabalha ou não trabalha? As outras religiões, nesses feriados, trabalham ou não trabalham? Então, todos têm o mesmo direito.

Por mais que as outras religiões não acreditem no Natal, no nascimento e assim por diante, eles fazem feriado nesse dia porque o país está em feriado. O país está em feriado naquele dia. É o dia de Natal. Na sexta-feira Santa é assim e assim todos os dias que têm feriado, todo mundo usa da mesma forma aquelas datas. Então, é uma pergunta complicada.

Daí vem a segunda, Sr. Presidente: eu vi, hoje, o Presidente do Tribunal de Contas aqui, nosso eminente ex-Parlamentar, 12 anos nesta Casa, e ele fez um pronunciamento importante sobre Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu ando apaixonado por essa lei, eu ando louco por essa lei, e essa lei, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. está fugindo do assunto...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não estou fugindo do assunto! V. Exa. está precipitando-se. Eu não estou fugindo!

O Conselheiro do Tribunal de Contas, que recebeu uma homenagem do PPS, aqui, por ser um Tribunal correto, direito, falou em Lei de Responsabilidade Fiscal. Sr. Presidente, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que nenhum Prefeito ou governante dê dinheiro às igrejas. Está na lei isso. Na lei, Sr. Presidente, nenhum Prefeito ou qualquer pessoa ligada ao público pode dar dinheiro a uma instituição. Como é que pode, agora, aprovarmos uma lei se a Lei de Responsabilidade diz que os governantes não podem ceder recursos públicos a uma igreja, por exemplo, um terreno, material de construção, para construir uma igreja? Apesar de ter alguns que cedem, apesar de ter até Governador que cede um monte de coisas para as igrejas.

A lei determina que não podemos repassar recursos públicos para as igrejas, mas podemos fazer uma lei, aqui no estado do Paraná, que vamos criar mais 1 feriado ou 2? Não sei. Então, é isso que estamos discutindo, Presidente. Este projeto propõe abonar as faltas desse dia que é comemorado. Sr. Presidente, temos cada projeto aqui que ficamos mais perdidos que cego em tiroteio.

Obrigado!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Pela ordem, Presidente.

(Assentimento)

Só para dar uma explicação para o Deputado Jocelito.

Na verdade, este nosso projeto de lei não cria nenhum novo feriado no estado do Paraná, ele apenas permite que nas datas que já existem, internacionalmente, que são datas sagradas para os muçulmanos - e a religião islâmica é mais professada pelos povos árabes - e para os judeus, por exemplo, o dia do Ramadã, que é o dia que encerra um período de jejum dos muçulmanos. Eles já comemoram essa data, mas se nós que somos católicos podemos ter os nossos feriados, por que nessa data eles não podem ter, já que tem que passar o dia todo na Mesquita? Por que eles não podem ter as suas faltas abonadas? Por que eles têm que levar a falta?

O judeu a mesma coisa. Ele tem o dia do perdão, aliás, uma coisa boa, porque durante todo ano vão anotando as pessoas com quem eles tiveram algum problema, de quem eles guardam alguma mágoa e, nesse dia do perdão, eles vão para a sinagoga, oram, pedem perdão e perdoam todos aqueles com quem têm problemas.

Então, não estamos criando nenhum novo feriado - quero deixar isso bem claro aqui - estamos apenas permitindo que as pessoas que professam essas religiões, nas datas já existentes internacionalmente, como datas sagradas para essas pessoas, possam receber o abono de faltas a exemplo do que nós cristãos já recebemos.

E, apenas, Deputado Péricles, para concluir, lembrar que os evangélicos incluem-se entre os cristãos, por isso não foram inicialmente colocadas nesse projeto as datas dos evangélicos, porque muitas delas coincidem com as datas comemorativas dos cristãos, inclusive a data

do Natal, quando se comemora o nascimento de Cristo e a data da Páscoa quando se comemora a ressurreição de Cristo.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar favoravelmente ao projeto do Deputado Ney Leprevost. Acho que é um projeto que deve ser respeitado, porque na verdade é um projeto que busca o direito das minorias. O que acontece, concretamente, hoje, é que o judeu vai acabar faltando serviço no dia da sua religião e vai perder, vai ser descontado do seu salário no final do mês. Por isso, a lei beneficia as minorias religiosas do país. Deve ser respeitada, é uma lei que enaltece os direitos humanos.

Acho que a incidência sobre a folha do estado é tão pequena, porque é um número pequeno de feriados, um número pequeno de funcionários que não há nenhum motivo para a Assembléia rejeitar essa lei.

Parabéns, Deputado Ney Leprevost, e meu voto é favorável.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (**Para Encaminhar**)

Estava atento às discussões e encaminhamentos. Quero encaminhar a favor pelo nosso bloco, até porque hoje é a 1ª discussão do projeto de lei. Na 1ª discussão tratamos da constitucionalidade do projeto e não do mérito que seria nas próximas discussões.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Aleluia! Alguém encaminhou com a cabeça! Parabéns.

Estamos votando a constitucionalidade apenas e não estamos entrando no mérito.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Uma observação, Sr. Presidente, que nenhum dos microfones, por mais que se solicitasse som, foram abertos. Por isso vim até aqui.

Segundo, embora um componente do nosso bloco já tenha encaminhado exatamente da forma que eu faria, constitucionalmente não há nenhum empecilho para se votar essa matéria. Quinta-feira, agora, será feriado: Corpus Christi.

Fala-se muito em um estado laico, mas é fato que existem dezenas e dezenas de feriados religiosos ao cristianismo católico apostólico romano, e penso, sim, que esse projeto pode seguir, principalmente na data de hoje, porque com base no artigo 5º, se nós, católicos e evangélicos temos o direito, por que eles também não devem ter?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão, passa-se à votação.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Deputados que votam favoravelmente ao projeto, queiram levantar-se.

Vinte e três Srs. Deputados votaram favoravelmente à constitucionalidade do projeto.

Os Deputados que votam contra o projeto, queiram levantar-se.

Dezoito Srs. Deputados rejeitam o projeto.

Está **aprovado**, em 1ª discussão, o projeto.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que proíbe a discriminação aos portadores de epilepsia dentro do estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDH. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/07, de 10/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 239/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, proíbe a discriminação aos portadores de epilepsia dentro do estado do Paraná e dá outras providências.

O projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Carta Magna nos seus artigos 5º, 7º e 196.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 239/07

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Ney Leprevost, o presente plano de lei proíbe a discriminação aos portadores de epilepsia dentro do estado do Paraná e dá outras providências.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu pare-

cer favorável. Chamada esta Comissão de Saúde Pública a opinar, conclui que:

A epilepsia conta com preconceitos que são decorrentes de uma falta de conhecimento de parte da sociedade. Isto leva a repercussão sociais e psicológicas danosas, em virtude da discriminação e da exclusão social.

O projeto de lei é de suma importância para o portador da doença, pois nos dias atuais não se admite qualquer tipo de discriminação por parte da sociedade.

Assim sendo, no âmbito desta comissão opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 239/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

RUI HARA - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 239/07

P A R E C E R :

O nobre Deputado Ney Leprevost coloca em debate, nesta Casa, projeto que, aprovado e sancionado, deve acabar, pelo menos no Paraná, com todos e quaisquer atos que caracterizem discriminação aos portadores de epilepsia.

Inteligente e louvável a iniciativa do colega Parlamentar, que, assim, reafirma sua postura cristã e humanitária também diante dos paranaenses que sofrem de epilepsia.

Pelo seu altíssimo alcance social, nosso parecer recomenda aos nobres colegas desta Comissão a aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 14.05.07.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que altera a redação da súmula e do artigo 3º da Lei Estadual nº 15267, de 18 de setembro de 2006 (Prioridade da vaga escolar próximo da residência). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT E CDH. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/07, de 11.04.07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 246/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei apresentado pelo Deputado Nereu Moura tem como objetivo alterar a Lei nº 15267/06, com o objetivo de inserir portadores de deficiência mental e sensorial como beneficiário de vaga prioritária em escola pública próxima de sua residência.

Fundamentação

A Constituição Federal estabelece a obrigatoriedade de um tratamento igualitário para todos os cidadãos brasileiros, livre de qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e dos distrito federal, constitui-se em estado democrático de direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

(...)

IV - promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança(...)

A própria Carta Magna também traz em seu texto a competência concorrente à união, aos estados e ao distrito federal para legislar sobre matéria referente à proteção e integração de pessoas portadoras de deficiência. Também estabelece como dever do estado assegurar os direitos dos portadores de deficiência, inclusive determina que o estado tem o dever de prestar um atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

(...)

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Art. 208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência

física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 098/98.

Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de legalidade e constitucionalidade opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 246/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, altera a redação da súmula e do artigo 3º da Lei Estadual nº 15267, de 18 de setembro de 2006 (prioridade de vaga escolar próxima da residência).

Fundamentação

O Capítulo V da LDB, que trata da questão da educação especial, é composto de apenas 3 artigos (artigo 58, 59 e 60). E especificamente no parágrafo 1º do artigo 58 afirma que, o poder público deve oferecer “serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades dos alunos de educação especial”.

Neste primeiro artigo, a LDB diz que a concepção de educação especial presente se fundamenta na idéia de incluir o aluno portador de necessidades especiais, nas classes comuns de ensino regular. Salienta-se ainda, a diversidade da educação especial quanto a situação de crianças portadoras de deficiências mentais, físicas ou de audição com a possibilidade de serem atendidas no ensino regular. Porém, crianças como autistas ou outras com necessidade diferentes deverão estar em escolas especiais, devido a especialidade necessárias dos professores. Devemos preparar nossas escolas para que todos tenham direito de estudar no ensino regular, pois é muito fácil que a sociedade não veja aquilo que não compreende ou sobre o que não quer pensar. A educação especial tem a sua utilidade, em um momento específico, porém este processo de exclusão tem que se encerrar. Quantos meninos e meninas não vão as festas, não brincam com os vizinhos, primos e irmãos, pois não frequentam as mesmas escolas. Os amigos se fazem na escola, e a parcela que frequenta a escola especial só convive com alunos de sua escola. As crianças são curiosas, perguntam por que o menino não fala direito, por que utiliza aquela ‘coisa’ na perca, etc. Porém, após uma resposta satisfatória, são as primeiras a aceitarem a diferença. São

mais maleável que nós. O adulto é que fala que é feito apontar, perguntar, mostrar; fica tudo muito escondido, proibido, tornando-se algo feito que não é para comentar. A convivência com a diversidade será benéfica a todos, pois estaremos mais aptos a viver em harmonia, nesta época tão descrente nos valores humanos. O convívio na diversidade em sala de aula fará com que esta criança, habituada com as diferenças desde a creche, se torne um indivíduo.

Conclusão

Assim, somos portanto de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.05.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 246/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, altera a redação da súmula e do artigo 3º da Lei Estadual nº 15267 de 18 de setembro de 2006.

É legítima tal proposição; a inclusão já é uma realidade em nossa sociedade e deve ser estimulada. Não podemos criar cidadãos cômicos de suas responsabilidades e direitos, excluindo-os do conhecimento de outras realidades e dificuldades, como é o caso dos portadores de necessidades especiais. Meritória a proposição do nobre Deputado, uma vez que a redação original da súmula e do artigo 3º da Lei nº 15267/06 deixou de citar todas as necessidades especiais, criando dificuldades para a Secretaria da Educação implementá-la.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 10.05.07.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

“LEI Nº 15267

DATA:

18 de setembro de 2006.

SÚMULA:

Assegura à deficiente físico prioridade de vaga em escola pública próxima da residência, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência física, mental, ou sensorial, prioridade de vaga em escola pública que seja localizada mais próxima a sua residência.

§ 1º Para efeito desta lei, estabelecimento mais próximo será considerado aquele cuja distância da resi-

dência seja menor ou que seja mais fácil seu acesso por meio de transporte coletivo.

§ 2º Havendo dois estabelecimentos de ensino considerados próximos, poderá o portador de deficiência optar por qualquer instituição.

§ 3º Para a obtenção da prioridade de que trata o artigo 1º, deverão os portadores de deficiência apresentar junto à instituição e ensino comprovante de residência.

Art. 2º Nos estabelecimentos de ensino cujo ingresso dependa de teste seletivo, ficarão os abrangidos por esta lei isentos de realização do mesmo.

Art. 3º Ficam excluídos da prioridade de que trata o artigo 1º os estabelecimentos de ensino que não possuam as condições necessárias para educação de portadores de deficiência mental e sensorial.

Art. 4º A prioridade de vaga de que trata esta lei abrange as creches públicas.

Parágrafo Único. Ficam excluídas da prioridade de que trata esta lei as creches que não possuam as condições necessárias para o atendimento de portadores de deficiência física, mental e sensorial.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias a contar da sua publicação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo em Curitiba, em 18.09.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Governador do Estado, em exercício

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Secretário de Estado da Educação”

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais da Comunidade do Faxinal dos Dias, com sede e foro no município da Lapa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº050 /07, de 17/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 362/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais da Comunidade do Faxinal dos Dias, com sede e foro no município da Lapa.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por

estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública a União Paranaense de Apoio a Criança com Câncer - UNIPACC, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/07, de 22/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 372/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declara de utilidade pública a União Paranaense de Apoio a Criança com Câncer, com sede e foro nesta capital.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o reconhecimento de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Santo Antonio do Paraíso, com sede no município de Santo Antonio do Paraíso e foro no município de Congoinhas. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/07, de 22/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 379/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, declara de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcio-

nais - APAE, com sede no município de Santo Antonio do Paraíso e foro no município de Congoninhas.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas um pedido a V. Exa., porque eu gostaria de requerer que fosse votado como primeiro requerimento, até porque tenho que me ausentar do plenário, um requerimento de autoria do Líder do Governo que requer envio de pedido de informação ao Tribunal de Contas do Estado sobre a administração Jaime Lerner 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002. Gostaria que V. Exa. colocasse em votação, porque depois tenho que me ausentar e gostaria de votar favorável.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1540, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Não recebido pela Mesa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Esse requerimento já foi aprovado por mim nesta Casa. Esse requerimento já foi aprovado por todos os Srs. Deputados e estou aguardando que o Tribunal de Contas mande as contas dos 8 anos do Governo Jaime Lerner. Esta Casa já aprovou esse mesmo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. está coberto de razão.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Até irá levantar essa questão, porque se não me falha a memória nós havíamos votado, sim. Até iria perguntar neste momento ao Deputado Jocelito, mas ele já confirmou que já foi votado.

Agora, o que me estranha, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é ver o Líder do Governo pedir para o Tribunal de Contas quanto é que foi gasto no Governo Jaime Lerner. Ora, Líder do Governo, Deputado Romanelli, é só ir na Secretaria da Comunicação Social. V. Exas. são Governo!

Agora, parece que é piada. O Requião está há 5 anos no Governo e pede informações para o Tribunal de Contas quanto se gastou no período do Jaime Lerner. Será que é falta de vontade e não querer ir trabalhar?

É só olhar os balanços, é só olhar na Secretaria da Comunicação Social, é só olhar na Secretaria da Fazenda quanto se gastou. Por que fazer isso?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência adia por alguns minutos a votação desse requerimento, até para verificar se efetivamente esse requerimento já foi aprovado. Se efetivamente o requerimento do Deputado Jocelito Canto foi aprovado, cabe sim à Mesa cobrar do Tribunal de Contas a resposta do requerimento. Se não foi aprovado, aí votaremos novamente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só lembrar a V. Exa. que o senhor pode imaginar: mas por que todo ano? Eu fiz de ano a ano, 1995, 1996, V. Exa., lembra-se, por que não faz só um?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É verdade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu fiz ano a ano.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É verdade. O requerimento foi aprovado nesta Casa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, confesso que também tinha quase que certeza que esse requerimento havia sido aprovado, eu tentei, procurei a informação, mas não consegui.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É um reforço.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O dia que esta Casa estiver informatizada, certamente, vamos facilitar...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu mesmo já tinha esquecido. Se o Deputado Jocelito não me reaviva a memória...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Ficamos dependendo da nossa memória. E este requerimento, na verdade, é no sentido, Sr. Presidente, de subsidiar os trabalhos da Comissão Especial que vai investigar os gastos em publicidade. Foi R\$ 1 bilhão e 300 milhões no período do Governo Jaime Lerner. E o relatório de gastos, Deputado Elio Rusch, detalha onde

foram feitos os investimentos em publicidade no Governo do arquiteto.

Então, acho que é interessante, até porque o requerimento que vem pela frente, certamente esclarece esse tema de uma forma abrangente. Por isso, Deputado Elio Rusch, quero dizer que, até para que possamos investigar, é necessário comparar.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só devo dizer ao Deputado Romanelli que parece que há uma disputa para ver quem gasta mais: se é o Lerner ou é o Roberto Requião, uma coisa nesse sentido. Quer dizer, não admitem quando se gasta mal o dinheiro neste Governo. Quando se gasta mal, se dá a culpa ao Governo passado. Ora, se o Governo passado errou, não erre este Governo e não queiram culpar. Parece que é uma disputa para ver quem errou mais, quem errou menos. E é isso mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para responder ao Deputado Jocelito Canto, a Assembléia protocolou junto ao Tribunal de Contas o mesmo ofício ou os vários ofícios pertinentes ao mesmo assunto no dia 21 de maio. E tão logo chegue a resposta, nós encaminharemos ao autor. Portanto, **deixo de receber o requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli.**

Requerimento nº 1504, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimento nº 1505, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, na verdade, eu queria encaminhar contrário ao requerimento, porque todos desta Casa sabem que é competência do município a coleta e a manutenção de um aterro sanitário para a Prefeitura poder efetuar, enfim, depois de feita a coleta, o destino dos resíduos sólidos de uma cidade. Só que é competência do município de Carambeí, não tem nada a ver, absolutamente, com o Secretário de Estado da Saúde.

Por isso, quero solicitar a todas as Sras. Parlamentares e aos Srs. Parlamentares, da Situação e da Oposição, a rejeição deste requerimento, porque ele é absolutamente descabido. Entendo até, Deputado Jocelito, a intenção de V. Exa. de chamar a atenção para o problema do lixo lá de Carambeí. Entendo isso. Só que, sinceramente, não é através de um pedido de informações que já sabemos a resposta, de dizer: não. Não tenho nada a ver com isso, não é competência da Secretaria de Estado da Saúde. Por isso, quero pedir pela rejeição do requerimento.

E a chamada, Deputado Jocelito, da atenção que V. Exa. queria sobre o tema que envolve o lixo de Carimbei

- acho que esse era o seu objetivo - acho que ele está alcançado.

Era isso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, de quem é a responsabilidade pelo nosso Deputado Termo ter sido contaminado por um bichinho, um mosquitinho da dengue? Ele foi contaminado, nosso Deputado, companheiro, e mais um grande número de pessoas deste Paraná foram contaminadas pelo bichinho da dengue, por quê? Nos vamos discutir. Quem é que cuida das políticas de dengue no Paraná? Os municípios e os estados. Os municípios grandes que têm o seu próprio projeto, que têm o programa especial de saúde atendem. Os pequenos municípios são os que não têm, são subsidiados pelo estado.

Então, Sr. Presidente, Deputado Romanelli, V. Exa. está tremendamente enganado. V. Exa., se ler o meu requerimento, vai perceber que estou chamado a atenção de 12 temas e vai vir mais 1 requerimento na sequência sobre meio ambiente. Estamos falando de meio ambiente e de saúde. Carambeí, claro que a responsabilidade do lixo pertence ao município, que é uma briga jurídica com Castro, que não aceita mais o aterro sanitário, mas de quem é a responsabilidade pelo mosquito da dengue, pela saúde? Quem é o responsável pela saúde neste estado? O estado do Paraná, a Secretaria mãe, a Secretaria de Saúde do Paraná é responsável pelas epidemias, é responsável pela questão de saúde neste estado. E estamos falando aqui de uma cidade que é a cidade que trabalha com alimentos, que processa alimentos todos os dias, estamos falando de uma cidade que todos os dias gera empregos através da saúde, da alimentação, é uma cidade que todos os dias exporta até para fora do país diversos produtos oriundos da saúde.

Então, não posso me calar, Sr. Presidente, quando eu vejo aqui o Deputado Romanelli querendo aproveitar para fazer uma brincadeira. Deputado Romanelli, o que V. Exa. está fazendo é brincadeira! Eu não estou brincando, não! Eu não preciso chamar a atenção de nada, não! Se eu fosse chamar a atenção, Deputado Romanelli, eu iria falar de outra coisa, iria falar de outros assuntos. Estou falando do município que eu represento que é Carambeí, do município que está lá o lixo jogado nas ruas, em cima de caminhões. A cidade vende saúde, vende alimentos e o lixo está lá. Claro que é irresponsabilidade do Prefeito que está há 3 anos e não tomou providências, mas cabe ao estado fiscalizar, cabe ao estado fiscalizar a saúde, cabe ao estado, principalmente cuidar a questão do meio ambiente. O meio ambiente é responsabilidade do estado. Temos uma Secretaria que cuida exatamente desta questão da saúde, Sr. Presidente.

Então, quero pedir aqui aos companheiros, como o Deputado, meu amigo Belinati, que está aqui, que já foi Prefeito, e que se admira quando vê este jovem falar. Aliás, quando V. Exa. chegou a esta Casa, eu estava na barriga da minha mãe, com muito orgulho.

Então, Deputado Belinati, quero dizer a V. Exa. que estou aprendendo com o senhor.

Mas também quero dizer, Sr. Presidente, que este requerimento não é para afrontar o Governo, fazer mídia. Estou pedindo que o Governo apenas tome providências na questão de saúde e depois o requerimento do meio ambiente. Eu sei, Deputado Romanelli, que não é o estado que tem que ir lá e fazer o aterro, mas têm muitos lugares, preste atenção, Sr. Presidente, têm muitos lugares que o estado bancou os aterros sanitários, Deputado Rangel, têm muitos lugares que o estado financiou o aterro sanitário pelo Paraná Urbano. O Paraná Urbano e a Secretaria do Meio Ambiente fizeram vários aterros sanitários e, inclusive, uma pérola, Sr. Presidente, vou contar aqui, tem aterro sanitário por aí que está *sub judice* por problemas, Sr. Presidente, por problemas técnicos vários aterros sanitários por aí.

É na mesma linha - plano diretor das cidades - quem é que faz o plano diretor das cidades? Quem é que está bancando os planos diretores das cidades? Quem é que faz os planos diretores da cidade? Garanto que lá no plano diretor da cidade de Carambeí, está dito lá que tem que fazer um aterro sanitário. Quem paga o projeto? O Governo do Estado, o Paraná Urbano.

E agora, Deputado Cheida, que entende dessa questão de meio ambiente, não posso permitir apartes neste momento, mas Sr. Presidente, pelo amor de Deus, o Governo do Estado que faz plano diretor e tem uns planos diretores aí meio que...

“Escuta, vou liberar, mas fazer com o meu amigo lá. Vou liberar, mas manda o cara fazer”. Como também tem projetos em Ponta Grossa acontecendo assim: vou liberar, mas manda alguém fazer.

Aproveito para fazer esta denúncia, Sr. Presidente.

O SR. DOBRANDINO SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu não posso ficar calado diante da manifestação, eu diria até o blá-blá-blá do Deputado Jocelito. Primeiro vem com papo furado de que o Governo manda fazer, mas tem que fazer com o fulano. Isto não é verdade.

Primeiro, quero dizer que concordo com ele, que o Governo do Estado, através da Secretaria do Meio Ambiente e do IAP tiveram muitos aterros, lá na minha região foram feitos muitos e realmente estão servindo à comunidade, mas dizer que isso é uma responsabilidade do Governo. Ora, isso é uma atribuição, uma ação do município, o aterro sanitário. Claro que o Governo, podendo colaborar, é evidente que isso é muito importante. Também quero discordar quando dizem que, em função de não ter aterro sanitário é que existe o mosquito da dengue, Deputado, vamos ser mais coerentes nas nossas afirmações. Lá em Foz do Iguaçu temos um dos melhores aterros sanitários do Brasil, feito pela prefeitura, no entanto, está infestado do mosquito da dengue. Será que

em todos os municípios que têm mosquito da dengue não têm aterro sanitário?

Me desculpe, Deputado, estas afirmações aqui na Casa passam a ser muito banais, isso aqui é uma Casa de Leis, temos que ter coerência e conteúdo no discurso. Discordo totalmente de cobrar do Secretário da Saúde, aliás também discordo do meu Líder do Governo. Vou votar, é claro, já disse isso aqui, sou ético e disciplinado, vou votar naquilo que a liderança pediu, mas deixar passar este requerimento não tem a menor importância. O Secretário vai dizer: “Fale com o Prefeito e ele que diga por que não tem aterro sanitário.”

Então, é uma discussão, para mim, banal. Estamos perdendo tempo nesta Casa com este tipo de discussão. Me desculpe a franqueza, Deputado Jocelito. Por favor, vamos discutir coisas que tenham fundamento, não este discurso infundado!

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Deputado Dobrandino, com todo respeito que tenho pelo Governo, o meu requerimento não é banal, não faço aqui nada banal, V. Exa. está enganado comigo...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. já encaminhou o requerimento.

Para encaminhar, com a palavra Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, só gostaria aqui de dizer que o Deputado Dobrandino foi muito feliz no seu encaminhamento, aliás acho que é por essa e por outras, Deputados Dobrandino, que o senhor está sendo unanimidade aqui na Casa. O Sr. foi muito feliz no encaminhamento e mais ou menos bateu com o que nós, do bloco, discutimos: o requerimento é instrumento regimental, porém deve ser encaminhado à pessoa certa, da maneira certa, por isso o encaminhamento do bloco é contrário, porém liberamos os membros para votação, mas os argumentos do Deputado Dobrandino foram muito felizes.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Para Encaminhar)

Companheiro Jocelito Canto, essa discussão acho que já está vencida. Só, Presidente, eu gostaria de aproveitar para dizer o seguinte: temos um grave problema no Paraná e no Brasil que é o fato de que qualquer ação sanitária, quando se trata de esgoto, lixo, controle de vetores, como é o caso do mosquito da dengue, não é computado no orçamento da Saúde. Esse é um gravíssimo problema! A SANEPAR investe R\$ 2, 3 milhões em saneamento e isso não pode ser computado no percentual gasto com saúde. Quando tratamos de esgoto sanitário, de resíduos sólidos, de combate aos resíduos, ao lixo e coisas semelhantes, é o mesmo problema.

Por isso, quando o Deputado Jocelito Canto faz a sua indagação: “Quem é que se responsabiliza pelo mosquito da dengue?” Na verdade, tínhamos que fazer aqui na Casa um levantamento, um manifesto, um levante, melhor dizendo, para que pudéssemos cobrar das autoridades competentes, dos Deputados Federais, dos Senadores, que votem uma emenda à nossa Constituição, permitindo que se compute nas verbas de saúde estes gastos e estes investimentos feitos na área de saneamento ambiental.

Saneamento ambiental, Presidente, V. Exa. que já foi Presidente da SANEPAR sabe muito bem, saneamento ambiental é água tratada, é esgoto, é controle de vetores e é lixo, resíduos sólidos, mas isso tem que constar nos orçamentos da saúde.

A questão de encaminhar para o Dr. Cláudio Xavier, acho que já está vencida, não é o endereço correto. Para ser bem endereçado o requerimento, primeiro tem que ser endereçado a SUDERHSA. Segundo, a oportunidade da sua aprovação ou não acho que compete ao Deputado. E isso, não tenha dúvida nenhuma, é mais do que importante. Acabar com os lixões no Paraná, sem dúvida, é uma contribuição inestimável que todos nós deveríamos fazer.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)

Pela informação que eu tenho, o IAP ofereceu um terreno para o aterro provisório. Esta resolvendo provisoriamente a questão grave do município de Carambeí. Os jornais deram no final de semana. Acho que devemos cobrar do IAP, que tem a melhorar das boas vontades e é um problema sério, porque Carambeí depositava seu lixo no município de Castro, venceu o contrato e a situação é uma situação grave. Mas, pelo que tenho notícias, o IAP está resolvendo provisoriamente até que juntos possam encontrar uma solução definitiva.

Acho que a Assembléia deve se colocar favoravelmente e pleitear o IAP para que ajude o município de Carambeí a resolver esse grave problema.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Só para informar os Parlamentares que o outro requerimento do Deputado Jocelito, que pensamos em encaminhar favoravelmente, tem o destinatário correto. Quem é? É o Secretário do Meio Ambiente, tratando do tema. Claro que aí estamos endereçando para a pessoa certa. Por isso, somos a favor da rejeição do requerimento ao Secretário da Saúde e favorável ao requerimento ao Secretário do Meio Ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito aos Srs. Deputados, porque teremos uma Sessão Solene a partir das 18h00.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)
Encaminho favoravelmente ao requerimento do Deputado Jocelito Canto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro votaremos o requerimento de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto sobre a questão do aterro sanitário para a Secretaria da Saúde e depois vamos votar o mesmo pedido para a Secretaria do Meio Ambiente.

Requerimento Deputado Jocelito Canto - **Aprovado.**

Vai se proceder o pedido de verificação de votação, a pedido do Sr. Deputado Romanelli. **Rejeitado.**

Requerimento do Deputado Jocelito Canto com o mesmo teor ao Secretário do Meio Ambiente - **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já foi aprovado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu queria fazer uma baguncinha aí.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em outra freguesia.

Requerimento nº 1507, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1512, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, queria encaminhar contrário a aprovação do requerimento, porque efetivamente, quando verificamos o conteúdo, na verdade o Deputado Reni Pereira já tem as informações que necessita no próprio requerimento. Ele está querendo, na verdade por conta de um pedido de suplementação orçamentária que temos nesta Casa, uma transferência de recursos do DETRAN para o DER, fazer os levantamentos sobre a questão do valor arrecadado e a espécie de arrecadação feita pelo DETRAN.

Os balanços são balanços públicos e efetivamente é um requerimento feito, única e efetivamente, para estabelecer um debate político em relação à questão das taxas cobradas pelo DETRAN.

Por isso, queria encaminhar aos membros que compõem a base de apoio ao Governo pela rejeição do requerimento do Deputado Reni Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, mais uma vez vejo o Líder do Governo está equivocado nesse requerimento. Inclusive, já havia lhe adiantado, eu que fui o relator desse Projeto de Lei nº 371, do Governo, que está transferindo R\$ 3 milhões 935 mil, do DETRAN para o DER do Paraná.

Eu mesmo já emitindo parecer favorável, inclusive, pedi preferência de votação, Deputado Waldyr Pugliesi, para não atrasar essa suplementação orçamentária. Mas, adiantei ao Líder do Governo, ele já poderia inclusive ter informado a esse requerente de onde veio esse dinheiro. Por quê? Até onde eu atendo a fonte de receita do DETRAN são as taxas. Se tem todo esse montante de dinheiro lá é sinal que as taxas estão sendo abusivas. Não é uma questão política, é uma questão de mérito. Será que nós não temos que rever as taxas no Paraná? Por que diz o artigo 77 do Código Tributário Nacional, que as taxas serão cobradas em relação ao serviço específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Se hoje estamos cobrando, não sei o valor aqui, mas um valor maior que o serviço que está sendo oferecido ao contribuinte, está se cobrando demais para se emitir uma segunda via da Carteira Nacional de Habilitação ou qualquer outra taxa é sinal que precisamos rever.

Não sei qual será o resultado da votação. Encaminho pelo requerimento ou se V. Exa. quiser encaminhar e pedir, mas caso não passe na Comissão de Finanças, pretendo pedir vistas ao projeto e pedir daonde é esse montante de dinheiro que o DETRAN está transferindo para o DER, porque se for das taxas, é sinal que alguma coisa está errada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezenove Srs. Deputados rejeitam.

Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Dezesseis Srs. Deputados aprovam.

Está rejeitado.

Requerimento nº 1520, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1521, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1524, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1529, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1534, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1538, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (Democratas) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1546, de autoria do Sr. Deputado Dobandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1548, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (Democratas) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1525, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1527, de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo, com apoio dos Srs. Deputados Professor Luizão, Tadeu Veneri, Péricles de Mello e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1528, de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo, com apoio dos Srs. Deputados Professor Luizão, Péricles de Mello, Tadeu Veneri e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1535 e 1536, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1539, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1541, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1545, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

Requerimento nº 1547, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1550, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta presidência convida os Deputados para assistirem à Sessão Solene de outorga de título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao professor Lemos da Luz, a realizar-se às 18 horas de hoje, neste plenário.

Encerramento a Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 125, 222, 305, 190 e 331/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 097, 106, 239, 246, 362, 372 e 379/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 065, 153, 230, 301 e 327/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1344/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3835/07, datado de 27 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a ERONI APARECIDA CUSTODIO, matrícula nº 40242, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, abono de permanência nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1345/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4380, datado de 09 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a LUCI MARTINS AZEVEDO, matrícula nº 40866, portadora do RG nº 1.113.175-1-PR e do CIC nº 301.873.119-00, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUD-02, lotada na Diretoria de Apoio Técnico, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, a partir de sua opção.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1346/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2770/07, datado de 02 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar retificar o Ato da Comissão Executiva nº 1.136/07, publicado no Diário da Assembléia de 04 de maio de 2007, por ter havido um lapso quanto à data do quinquênio, passando a constar com a seguinte redação: conceder a EUGENIA CAETANO FONTANA, matrícula nº 40580, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, com lotação na Diretoria de Assistência ao Plenário, licença especial de três meses, nos termos do artigo 247 da Lei nº 6174/70, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002. O período da licença especial deverá ser marcado

junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior e seguindo o estabelecido no artigo 250 e seu parágrafo único, da já citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1347/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3277/07, datado de 17 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ELIETE DE PAULA XAVIER ZIESEMER, matrícula nº 40447, portadora do RG nº 051.449-PR, e do CPF nº 140.104.379-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-02, lotada na Diretoria Administrativa, admitida em 1º de maio de 1988, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 092/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4388, datado de 09 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeito de aposentadoria, na ficha funcional de MARISA CAMARGO DOS SANTOS, matrícula nº 40621, portadora do RG nº 3.565.450-0 e do CPF nº 644.990.739-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02 de junho de 1986, lotada na Coordenadoria do Almojarifado, exercendo o cargo de Almojarife, nível NTC-02, o tempo de quatro (04) meses e dezoito (18) dias em que prestou serviços à Comercial Beraldi de Alimentação Limitada, período compreendido entre 16 de julho de 1979 e 03 de dezembro de 1979; e a Comercial Beraldi de Alimentação Ltda, o tempo de seis (06) anos, seis (06) meses e dezenove

(19) dias, período de 17 de abril de 1980 a 29 de maio de 1986, conforme 9º, do artigo 201, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 093/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4388, datado de 09 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 141/1995, e mandar retificar a ficha funcional de MARISA CAMARGO DOS SANTOS, matrícula nº 40621, portadora do RG nº 3.565.450-0 e do CPF nº 644.990.739-87, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotada na Coordenadoria de Almojarifado, ocupante do cargo de Almojarife, nível NTC-02, no sentido de excluir a anotação da contagem em dobro de licença especial referente ao primeiro quinquênio, período compreendido entre 01 de junho de 1986 e 02 de junho de 1991, por falta de amparo legal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 094/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4602, datado de 14 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar a favor de LORENE MARIA RITTER, matrícula nº 40624, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, funcionária desta Assembléia Legislativa, com lotação na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, 06 meses, referente ao dobro de uma licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1992 e 22 de dezembro de 1997, nos termos do artigo 247 da Lei 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões

Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença dos seguintes Deputados: Rosane Ferreira, Osmar Bertoldi e Dobrandino da Silva. O Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1) Votação da ata da 3ª Reunião Ordinária - APROVADA; 2) Votação do Projeto de Lei nº 230/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Rosane Ferreira - APROVADO. Aprovado envio de requerimento aos Srs. Governador do Estado do Paraná e Secretário Estadual do Meio Ambiente respectivamente, para que solicite à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, levantamento das emissões de gases de efeito estufa lançados pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e à Secretaria Estadual do Meio Ambiente a implantação do Programa Desperdício Zero nesta Casa de Leis. Para as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, os Deputados acima mencionados farão uso da palavra na Sessão Plenária do dia cinco de junho próximo, onde discursarão sobre: Cidade Sustentável, Agrotóxicos, Efeito Estufa e Parque Várzea do Iguaçu. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

Saúde Pública

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e sete reuniram-se na sala de reuniões das comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Sr. Deputado Ney Leprevost e contando com a presença dos seguintes Deputados: Marcelo Rangel, Rui Hara e Stephanes Júnior. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando-se à Ordem do Dia: decidiram autorizar o Presidente da Comissão, Deputado Ney Leprevost, se o mesmo considerar necessário, a convocar o Secretário da Saúde e o Diretor-Geral da Secretaria para prestarem esclarecimentos à esta Comissão. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e pelos demais membros desta Comissão e por mim Osmar Prestes, Secretário desta Comissão.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

Publicações Administrativas:

Procuradoria Geral

PARECER Nº 167/07

REF. PROTOCOLO Nº 334/22.01.2007.

Interessado: AEXPPAR - Associação dos Ex-Parlamentares do Paraná.

Assunto: Solicitação.

Sr. Presidente,

Breve Resenha Fática

I - A Requerente, alegando representar os associados ex-Deputados Estaduais do Poder Legislativo deste estado, postula através do presente protocolado, a correção de seus proventos, no percentual de 44,55 (quarenta e quatro vírgula cinquenta e cinco) por cento, aduzindo haverem contribuído para o extinto FEPPA (Fundo Estadual da Previdência Social), sobre os valores-fixos, variáveis e, inclusive, sobre “todas as demais remunerações percebidas em dinheiro” - outrora pagos aos Parlamentares, nos termos da Lei nº 6.639/29.11.74, com as alterações advindas com a Lei nº 7771/13.12.83, que teria imposto reajuste no percentual de contribuição, suportado por todos (inclusive afeto aos valores atrasados - conforme assevera - da parte referente ao pagamento das quantias recebidas a outros títulos). Para fazê-lo, teriam necessitado efetuar empréstimos ou dispor de bens.

Suscita os artigos das leis supracitadas, em especial o artigo 3º daquela, que ventilava acerca da obrigatoriedade de associação dos “atuais e futuros Parlamentares”, e os artigos 1º/8º, desta, que ressaltava que a “aposentadoria por tempo de contribuição consistiria em renda mensal vitalícia no valor proporcional ao tempo de mandato exercido ou de contribuição a razão de 1/24 avos por ano tomando-se por base o valor da remuneração do Deputado correspondente às partes fixas e variáveis e quantias a outros títulos percebidos pelos Deputados, excluída as ajudas de custo referentes à convocação e desconvocação.” A partir do advento da Lei nº 9498/28.12.90 (que extinguiu o FEPPA), estariam amparados pelo artigo 250-CE.

Entende que seus representantes estariam agasalhados por direito líquido e certo de perceberem proventos nas condições asseguradas nas referidas leis.

Alega, de modo incontestado, que a remuneração paga por esta Casa de Leis, aos atuais Deputados alcança o total de R\$ 9.540,00 (nove mil, quinhentos e quarenta reais), os quais correspondem a 75 (setenta e cinco) por cento dos valores pagos a Deputados e Senadores, no Congresso Nacional, em cujo numerário “não estariam incluídos os valores recebidos a outros títulos”.

Finalmente, noticia que as “remunerações-auxílio-referente à moradia e outros sobre os quais contribuíram

a outros títulos, com denominação ‘diversos’, foram embutidos em resolução própria desta Casa de Leis”.

Passamos, pois, à manifestação.

Fundamentação Legal

II - Em que pesem as arguições sobejamente relevadas pela Requerente, razão inassiste-lhe, pois insofismavelmente não detém qualquer direito a amparar-lhe a pretensão, senão vejamos.

A nova redação do artigo 27, parágrafo 2º, ao exigir a edição de iniciativa de lei para fixação do teto máximo do subsídio dos Deputados, limitados a 75 (setenta e cinco) por cento dos subsídios, estabelecidos em espécie, para os Deputados Federais, determina a observância aos artigos 39, parágrafo 4º e 57, parágrafo 7º, dentre outros, todos da Constituição Federal.

A inobservância a este limitador, gera necessariamente a sua redução obrigatória, consoante previsão imposta no artigo 17 - ADCT, o qual cumpre-nos trasladar:

*Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os **proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.*** (negritamos)

Ademais, reza o artigo 39, parágrafo 4º, que o detentor de mandato eletivo, dentre outros, será remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido em qualquer caso, o disposto no artigo 37, X e XI.

Inobstante às argumentações, desprovidas de qualquer arcabouço probatório suficiente para demonstrar-lhe a veracidade dos fatos e efetividade de cumprimento dos requisitos legalmente previstos nos boletins legais mencionados no relato acima, quer nos parecer que a Requerente, na qualidade de representante dos ex-Deputados Estaduais que confunde verbas de ressarcimento, por conseqüente, de caráter indenizatório, pagas em razão de despesas realizadas em razão do exercício do cargo e, portanto, apenas para aqueles que efetivamente encontram-se em pleno mandato (seria inadmissível que os gastos indispensáveis para realização de seu mister fossem suportados pelo próprio Parlamentar, sem a devida compensação pecuniária-ressarcimento). Diferentemente do subsídio em si quem no entanto, não tem natureza de ajuda, socorro ou auxílio, mas possui caráter retributivo e alimentar, pago em parcela única.

Trilha o artigo 57, parágrafo 7º, ao enfatizar a vedação de pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal, no caso das Sessões Extraordinárias, por primazia aos critérios da razoabilidade, moralidade, legalidade e proporcionalidade, evitando

qualquer inaceitável fraude ao limitador constitucionalmente previsto.

As vantagens pessoais são incluídas no teto, todavia com o advento da EC 47, a verba de ressarcimento, nos termos do parágrafo 11, que foi acrescido ao artigo 37, da Carta Maior, que não será computada, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI desse artigo - são parcelas de caráter indenizatório “previstas em lei” - e enquanto esta não for editada, não serão computadas as parcelas indenizatórias, assim definidas, pela legislação em vigor na data da publicação da EC 41/03 (conforme preconiza o artigo 4º, da EC 47), seriam as relativas a transportes, diárias, ajuda de custo e presença em sessões extraordinárias.

III - Insta ressaltar breve excerto da obra do nobre jurista Hely Lopes Meirelles, em Direito Administrativo Brasileiro - 32ª Edição, pg. 497:

As indenizações são previstas em lei e destinam-se a indenizar o servidor por gastos em razão da função. ... Tendo natureza jurídica indenizatória, não se incorporam à remuneração, não repercutem no cálculo dos benefícios previdenciários não estão sujeitas ao imposto de renda. Normalmente, recebem as seguintes denominações: ajuda de custo ..., diárias ..., auxílio-transporte.

Outras podem ser previstas em lei, desde que tenham natureza indenizatória. Seus valores não podem ultrapassar os limites ditados por essa finalidade, não podem se converter em, remuneração indireta. Há de imperar, como sempre, a razoabilidade.

IV - No caso em tela, cumpre destacar que tanto os proventos, como as pensões por morte, constituem espécies remuneratórias e, como tal, se enquadram no conceito geral de remuneração, para observância dos tetos gerais, conforme bem determinou o artigo 37, XI, da Magna Carta.

Portanto, a requerente ao pretender perceber a majoração nos proventos dos seus representados, alegando haver contribuído sobre “quantias recebidas a outros títulos” equivoca-se, pois: a uma, cumpriria a cada ex-Parlamentar demonstrar com clareza solar, através de documentos hábeis, se cumpriu, específica e individualmente, os requisitos previstos nos dois boletins legais citados no preâmbulo deste Parecer, tais como, aqueles constantes no artigo 4º (só terá direito à aposentadoria aquele que houver contribuído por 96 meses sucessivos para o Fundo, nos oito anos imediatamente anteriores à concessão do benefício-alterado pela Lei nº 7.771/83, para excluir o termo ‘sucessivas’), 6º (já previa a alínea ‘d’, o saldo das dotações para pagamento de subsídios, ajuda de custo e diárias a Deputados, foi vetado), 8º (aposentadoria por tempo de contribuição, renda mensal vitalícia no valor proporcional ao tempo de mandato exercido, calculados a uma média dos subsídios percebidos pelos Deputados nos últimos doze meses), parágrafo 2º (a renúncia ao mandato implica na perda da condição de associado),

da Lei nº 6639/74; a duas, a Requerente postula, representando seus sócios, contudo, não demonstra sua legitimidade para tanto e sequer apresenta o Estatuto Social que indique seus respectivos Diretores; a três, certas vantagens pecuniárias incorporam-se automaticamente ao vencimento e o acompanham em todas as mutações, inclusive aposentadoria (é o caso das vantagens pessoais subjetivas) outras são apenas pagas com o vencimento dele se desprendem quando cessa a atividade do servidor (vantagens de função e de serviço); a quatro, todos os dispositivos constitucionais antes citados, demonstram como cristalina certeza, a impossibilidade de serem alcançados por valores pagos a título de ressarcimento.

Conclusão

V - À luz de tais explanações, cumpre a esta Procuradoria Geral opinar pelo INDEFERIMENTO da presente pretensão, por contrariar dispositivos constitucionais e por ofensa aos princípios da razoabilidade, moralidade e legalidade, o que deve ser repudiado pela administração pública.

Este constitui o parecer, sob censura.

Curitiba, 24 de maio de 2007.
(aa) AYRTON COSTA LOYOLA
Procurador-Geral
VALÉRIA CORTES CHAVES FRANÇA
Consultora-Jurídica

DESPACHO:

- I - Acato Parecer nº 167/2007 - PG - Indefiro.
- II - À D.L. Publique-se - Arquive-se.
Curitiba, 31/05/07.
- (a) NELSON JUSTUS - Presidente

Pregão Eletrônico

PREGÃO ELETRÔNICO 006/07

Modalidade: Pregão Eletrônico 006/07

Protocolo: 2994/07

Data: 09/04/07

Objeto: Aquisição de materiais diversos, conforme edital.

Vencedoras:

Lote	Empresa	Valor
1 e 2	World Master Comércio de Papelaria e Suprimentos p/Informática Ltda	8.603,00
3	Kapersul Indústria e Comércio de Papéis Ltda.	10.668,00
4 e 5	Papel.com Papelaria e Informática Ltda.	3.949,00

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

PREGÃO ELETRÔNICO 007/07

Modalidade: Pregão Eletrônico 007/07.

Protocolo: 3255/07

Data: 09/04/07

Objeto: Aquisição de cartuchos para impressoras, conforme edital.

Vencedoras:

Lote	Empresa	Valor
1 e 2	Contabilista Papelaria e Informática Ltda.	1.708,60
3	LDS Trading Comércio de Produtos para Escritório Ltda.	4.789,00

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

